



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

GLAUCE SUASSUNA FIGUEIRÊDO

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO
“O ECA NA ESCOLA”**

**CAMPINA GRANDE
2022**

GLAUCE SUASSUNA FIGUEIRÊDO

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO
“O ECA NA ESCOLA”**

Trabalho de Conclusão de Curso com base no Relato de Experiência do Estágio Obrigatório apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Liana Amaro Augusto de Carvalho

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F475a Figueiredo, Glauce Suassuna.

A atuação do Serviço Social na educação [manuscrito] : um relato de experiência sobre o projeto "O ECA na escola" / Glauce Suassuna Figueiredo. - 2022.

58 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2022.

Orientação : Profa. Dra. Liana Amaro Augusto de Carvalho, Departamento de Serviço Social - CCSA.

1. Serviço Social. 2. Educação. 3. Escola. 4. Relato de Experiência. I. Título

21. ed. CDD 361

GLAUCE SUASSUNA FIGUEIRÊDO

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO
“O ECA NA ESCOLA”**


Trabalho de Conclusão de Curso com base no Relato de Experiência do Estágio Obrigatório apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de bacharelado em Serviço Social.


Aprovada em: 25/11/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Liana Amaro Augusto de Carvalho
Supervisora Acadêmica e Mestre da Banca
Universidade Estadual da Paraíba


Prof.^a Dr.^a Maria Noalda Ramalho
Supervisora de Campo e Componente da Banca
Assistente Social da Escola Gustavo Adolfo Cândido Alves


Prof.^a Me. Patrícia Crispim Moreira
Componente da Banca
Universidade Estadual da Paraíba

CAMPINA GRANDE
2022

Dedico este trabalho à memória de meu irmão, Glauco Suassuna Figueirêdo (1976-2020), que sempre me conduziu e me incentivou para minha educação e formação profissional. Que me mostrou que a vida é feita de objetivos e que só passar por ela apenas não vale a pena. Que é preciso buscar o sentido das coisas e fazer o seu melhor em tudo que me empenhar. Foi meu grande exemplo de vida, um excepcional profissional e fez significativas diferenças na vida das pessoas que passou, nos deixando esse legado de muito orgulho e saudades imensas. A minha eterna gratidão pelos seus ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Neste momento impar gostaria de refletir sobre a importância do intelectual Paulo Freire, como um genuíno educador, sempre buscou aproximar-se e incluir o outro. Aprender com os seus ensinamentos, no mínimo, nos torna gratos pela ação transformadora da sua obra, na conscientização educacional, na teorização e prática da libertação que nos trouxe. A sua postura é o verdadeiro legado intelectual, pois educar não é apenas transmitir conhecimentos é ensinar a aprender e aprender junto também.

Ao homenagear Paulo Freire, também homenageio os educadores que por ventura passaram um pouco do seu aprendizado para mim e que me encheram de esperança de um mundo melhor. Que me fizeram perceber que educar é ato político, que é lutar, que esse é um instrumento de prática de liberdade e revolução. O meu obrigado a Freire, por nos alimentar com o seu olhar humanizador e nos fazer perceber mutuamente que somos capazes de fazer diferente, de vencer os determinismos sociais autoritários e as amarras da opressão.

No desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso gostaria de agradecer a ajuda de um conjunto de pessoas, as quais colaboraram imensamente de forma direta e indireta:

A Deus, por me oferecer a vida e as oportunidades que me fizeram chegar até aqui, e por estar comigo em todos os momentos me iluminando, me fortalecendo para vencer os obstáculos que vieram ao longo desse percurso.

Aos professores da universidade do curso de Serviço Social da EUPB, que através dos seus ensinamentos permitiram que eu pudesse hoje estar concluindo este trabalho. Em especial as seguintes docentes do curso de serviço Social, a professora que também foi orientadora de campo de estágio obrigatório e da banca examinadora, Dr^a. Maria Noalda Ramalho, e a professora, também pertencente a banca examinadora, Prof^a. Me. Patrícia Crispim Moreira, que foram profissionais exemplo para minha formação, que me encheram de orgulho e de vontade de ser um ser humano melhor, pelas suas posturas e virtudes profissionais e pela sua forma humana e carismática de ser.

À professora supervisora acadêmica de estágio obrigatório e orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Dr^a Liana Amaro Augusto de Carvalho, que durante meses me acompanhou no estágio, ofereceu suporte para a elaboração do projeto de pesquisa e em seguida também orientou para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso sempre trazendo muito carinho, incentivo e companherismo para com todos os seus orientandos.

A minha mãe, Alexandrina Suassuna Barbosa, que se dedicou a criar e manter os filhos sozinha, tendo sempre muita responsabilidade para com suas obrigações materiais demonstrando afincamento e coragem em tudo que se dedicou e com isso me ensinou a não desistir nunca de uma tarefa iniciada.

A minha “segunda mãe”, Luzia Maria Chagas Barbosa, pelo exemplo de vida, pelo apoio que sempre me foi oferecido, pelo carinho e dedicação que me passou desde os primeiros momentos de convívio. Um ser humano capaz de ensinar coisas tão singulares e simples quanto importantes e essenciais. Aprendo com ela a vontade de fazer a diferença.

Ao meu irmão de coração, Eduardo Mariano Chagas Barbosa, que além de ser um companheiro que me acompanhou durante quase toda a minha vida também me deu orientação para entrar no curso de Serviço Social, que me fez ver nesta a profissão que eu de fato desejo me comprometer de seguir exercendo em minha vida. Me apoiou durante todo o curso, me auxiliando em diversas dificuldades e momentos do meu percurso me trazendo luz e força para vencer os obstáculos encontrados.

Ao meu companheiro, Alex Morais Souza, que foi compreensivo com os compromissos da universidade e que nunca se opôs aos meus estudos mesmo quando eles me faziam estar um pouco mais distante dele ou dos nossos momentos de lazer. Também foi compreensivo nas minhas dificuldades, me escutando e me auxiliando quando podia.

Aos meus amigos, familiares e conhecidos que não tenho como nomeá-los aqui por serem muitos, por torcer pela minha vitória e pela compreensão das ausências e pelo distanciamento durante vários períodos na minha formação.

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica.”

Paulo Freire

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO “O ECA NA ESCOLA”

GLAUCE SUASSUNA FIGUEIRÊDO

RESUMO

O presente trabalho diz respeito ao relato de experiência sobre a implementação do projeto de intervenção “O ECA na escola”, de ação proveniente do estágio curricular obrigatório, do curso de serviço social, da Universidade Estadual da Paraíba, na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves no município de Campina Grande – PB. O Objetivo central deste trabalho é analisar a experiência na execução do projeto de intervenção, a atuação e a importância do profissional assistente social na educação na viabilização dos direitos infanto-juvenis. A metodologia de análise da problemática descrita no projeto de pesquisa foi a da realidade vinculado à perspectiva analítica crítica dialética, a partir da teoria social marxista. O público alvo da ação de intervenção foram os alunos da Escola pertencentes ao Fundamental I, nos turnos manhã e tarde. O projeto de intervenção foi proposto para que sua realização seja anual, com a temática sobre o estatuto do ECA, no tocante aos direitos garantidos pela constituição e reforçados neste dispositivo legal. Os resultados do projeto de intervenção obtidos foram enriquecimento do processo de conhecimento relacionado aos direitos sociais dos alunos para os mesmos. Bem como, a integração do projeto como instrumental componente do plano anual do serviço social e a intensificação das ações educativas contributivas a formação dos sujeitos de direito desta unidade. A ação contribuiu para o processo informativo coletivo à medida que atingiu direta e indiretamente toda cadeia da localidade educacional, através de seus impactos positivos que se reverteram num ganho significativo para a instituição. É reconhecido que o assistente social tem o papel de contribuir na concretização dos direitos fundamentais. Contudo, na contemporaneidade, esse compromisso se torna um grande desafio, pois vivemos em tempos em que impera a desigualdade social e a redução do Estado baseado nas políticas neoliberais. Porém, para que se possa colaborar com o acesso aos direitos é necessário se fazer uma intransigente leitura da realidade, articular ações interventivas, debater entre as demais profissões, combater o neutralismo e difundir sensibilização sobre o conhecimento dos direitos entre os cidadãos. Essas ações, atendem minimamente o que é imprescindível no enfrentamento da alienação sobre o reconhecimento da cidadania e na busca pelo acesso a garantias de igualdade e dignidade social.

Palavras-Chave: Serviço Social. Educação. Escola. Relato de Experiência.

**THE PERFORMANCE OF SOCIAL SERVICE IN EDUCATION:
AN EXPERIENCE REPORT ON THE PROJECT
“THE ECA IN SCHOOL”**

GLAUCE SUASSUNA FIGUEIRÊDO

ABSTRACT

This present work concerns the experience report on the implementation of the intervention project “The ECA at school”, an action arising from the mandatory curricular internship, of the social service course, at the State University of Paraíba, at the Municipal School Gustavo Adolfo Cândido Alves in the city of Campina Grande – PB. The main objective of this work is to analyse the experience in the execution of the intervention project, the performance and the importance of the professional social worker in education in the viability of children’s rights. The analysis methodology of the problem described in the research project was that of reality linked to the dialectical critical analytical perspective, based on Marxist social theory. The target public of the intervention action were the school’s students belonging to Fundamental I, in the morning and afternoon shifts. The intervention project was proposed to be carried out annually, with the theme on the statute of the ECA, regarding the rights guaranteed by the constitution and reinforced in this legal provision. The results of the intervention project obtained were the enrichment of the knowledge process related to the student’s social rights. As well as the integration of the project as an instrumental component of the annual social service plan and the intensification of educational actions that contribute to the training of the subjects of law in this unit. The action contributed to the collective information process as it directly and indirectly reached the entire chain of the educational location, through its positive impacts that resulted in a significant gain for the institution. In this sense, it is recognized that the social worker has the role of contributing to the realization of fundamental rights. However, in contemporary times, this commitment becomes a great challenge, as we live in times in which social inequality prevails and the reduction of the State based on neoliberal policies. However, in order to collaborate with access to rights, it is necessary to make an uncompromising reading of reality, articulate interventional actions, debate among other professions, combat neutralism and spread awareness about the knowledge of rights among citizens. These actions minimally meet what is essential in facing alienation on the recognition of citizenship and in the search for access to guarantees of equality and social dignity.

KEYWORDS: Social service. Education. School. Experience Report.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	12
1.1. A política de educação pós constituição de 1988.....	18
CAPÍTULO 2. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	24
2.1. Dispositivos normativos para instrumentação e efetivação da proteção à educação.	29
CAPÍTULO 3. O RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES.....	36
3.1. Caracterização da instituição.....	36
3.2. Atuação do Serviço Social na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves....	38
3.3. Ações e resultados esperados do projeto de intervenção “O ECA na escola: Uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXO A – IMAGENS E FOTOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	54

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem o propósito de sintetizar o relato de experiência das ações desenvolvidas no projeto de intervenção “O ECA na Escola: Uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, realizado no ano de 2022, através da intervenção do estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social, da UEPB, na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves, localizada na cidade de Campina Grande - PB. As ações deflagradas na execução do projeto representam a materialização da atuação do Serviço Social no âmbito escolar, mediante a orientação dos usuários sobre os seus direitos preconizados nos dispositivos legais brasileiros.

A problemática discutida destacou-se no estágio pela inexistência de um Projeto de Intervenção próprio da Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves para a atuação do serviço social na educação sobre a difusão dos direitos previstos no ECA, destinada à formação de conhecimento dos alunos da escola. Apesar que, desde de ano de 2013 o Serviço Social em parceria com a UEPB realizavam a execução do Projeto de Extensão: “Direitos e Deveres na Escola: Um resgate da cidadania de crianças e adolescentes” que tinha o objetivo de realizar atividades educativas para os alunos. O fato do Plano de Ação próprio da escola para a intervenção não ter sido construído para a implementação contínua é resultante da alta concorrência de demanda na atuação profissional na escola.

O método de análise da problemática descrita no projeto de pesquisa foi o da realidade vinculado à perspectiva analítica crítica dialética, a partir da teoria social marxista. De acordo com Gil (2009) a pesquisa social pode ser conceituada como o desenvolvimento do método científico através de um procedimento formal que busca desvendar as respostas de uma determinada problemática por meio de investigações.

A metodologia da pesquisa científica foi realizada por meio da pesquisa bibliográfica, em obras já publicadas e relevantes para se analisar o tema do problema da pesquisa. Foi desenvolvida mediante natureza descritiva de caráter quanti-qualitativa, na qual se descrevem as características de uma determinada população e utilizam-se técnicas padronizadas para coletar estes dados. Com utilização de fontes primárias e secundárias.

O objetivo geral da pesquisa foi o de analisar a experiência de estágio curricular e a atuação profissional do assistente social na educação infantil, bem como a sua importância para a contribuição da viabilização dos direitos de crianças e adolescentes. E os seguintes objetivos específicos de problematizar a política de educação e elucidar o percurso histórico do acesso ao direito educacional; discutir os desafios e a importância da atuação do Serviço

Social na educação; e relatar a experiência de estágio curricular obrigatório na execução do projeto de intervenção desenvolvido na educação infantil.

A justificativa para o desenvolvimento do projeto se apresenta na pertinência do debate sobre a questão educacional no país, bem como o que concerne o direito a educação para estas crianças e jovens usuários dessa política. A relevância acadêmica do tema, é um fator importante, visto que os direitos sociais não estão recebendo a devida atenção por parte da sua efetivação, pois o Estado busca minimamente e de forma pontual amenizar as questões sociais que se relacionam com a educação no nosso país, fazendo com que as camadas mais desfavorecidas da sociedade permaneçam excluídas daquilo que é matéria dos seus direitos.

Desta maneira, foi fundamental a análise deste estudo para que se possa colaborar com o projeto profissional do Serviço Social na contribuição da projeção de uma educação emancipada, que embasam-se nos preceitos de cidadania e na proteção dos direitos fundamentais que consolidam a promoção da dignidade humana, e no cumprimento da proteção destes cidadãos frente ao poder estatal, fatores estes indispensáveis para a vida em sociedade no Estado democrático de Direito.

Sabemos que o Serviço Social pode contribuir para a efetividade das políticas públicas voltadas à educação, pois este é um direito previsto na Constituição Federal (CF) de 1988, como também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e ainda, este profissional tem o compromisso de contribuir na garantia dos direitos fundamentais aos sujeitos.

Segundo Arias e Silva (1998) o assistente social deve e pode ocupar um espaço mais abrangente na comunidade escolar, por estar habilitado para desenvolver estratégias de atuação que se relacionam com os educandos e família, na contribuição para a formação social dos educadores, na construção de ações conjuntas do Projeto Político-Pedagógico, e participar de ações escolares que possam ampliar o espectro de ação aos usuários da comunidade.

Este trabalho delimita três momentos explanativos que englobam, à princípio, a política de educação do Brasil contemporâneo, e as mudanças ocorridas nesta política após a redemocratização marcada pela promulgação da nova constituinte em 1988. No segundo capítulo detalhamos a importância da atuação do assistente social frente a viabilização dos direitos infanto-juvenis, destacando os dispositivos normativos de formalização da proteção à educação. E no último capítulo temos a explanação do relato de experiência sobre o projeto de intervenção, a atuação do Serviço Social na escola e as ações e resultados esperados do projeto.

CAPÍTULO 1. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

No Brasil, a universalização do acesso à escola ocorreu muito lentamente¹. Este espaço que antes era ocupado, majoritariamente, por uma elite branca recebeu alterações significativas com a entrada e passar do século XX foram se configurando mudanças profundas na demanda social na educação, na aquisição de direitos educacionais amparados pela constituição e no trato aos desafios à escolarização da população. A demanda social de educação, como exemplo, se configurou com o fim dos séculos escravistas, por decorrência do ritmo acelerado de desenvolvimento da economia e da política. Com a especialização deste espaço também vieram os desafios que demandaram soluções cotidianas, o que fundamentaram o caminho percorrido pela docência e discentes no processo ensino/aprendizagem.

A partir de 1930, a demanda social de educação escolarizada foi reconhecida pelo Estado, uma vez que esta questão vinha a afetar diretamente o desenvolvimento capitalista. Segundo Ribeiro (1995) o analfabetismo era comum, e o contexto histórico-social determinava que este era um problema que precisava ser resolvido. Após o Estado assumir a responsabilização pela educação escolar outros problemas surgiram, como a evasão escolar e a repetência, que junto aos altos índices de analfabetismo se configuraram como as demandas institucionais da educação por todo o período republicano do nosso país, além das expressões da questão social advindos das péssimas condições de vida dos alunos vindos das classes trabalhadoras que dificultavam ou os impediam de ter acesso a educação escolar.

Em 1932, com a morosidade no tratamento das questões educacionais, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Um manifesto revolucionário que apresentava ideais pedagógicos e sociais novos para uma civilização urbano-industrial em que o ensino seria necessariamente gratuito, laico, republicano, obrigatório e que permitisse a modernização do trabalho docente (BICCAS; FREITAS, 2009). Algumas reivindicações contidas no manifesto foram atendidas na Constituição de 1934 que recebeu um capítulo específico sobre a educação.

Apesar da visibilidade que a educação passou a ter neste período, tivemos maiores dificuldades na aprovação e permanência dos estudantes nas unidades de ensino. Para Bicc

¹ Indicação de leitura complementar: TREVISOL, Joviles Vitorio; MAZZIONI, Lizeu. **A universalização da Educação Básica no Brasil: um longo caminho**. Roteiro, vol. 43, ESP., pp. 13-46, 2018. Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3519/351964739002/html/>.

e Freitas (2009) isto está relacionado diretamente as condições de vida das crianças e jovens e conseqüentemente com os níveis de empregabilidade e assalariamento das suas famílias. Esse fator já determinava que quanto mais pobres eram as crianças mais difícil seria de mantê-las na escola, como destacam os autores Biccas e Freitas (2009),

Manter o filho na escola tornou-se um problema que extrapolou os domínios da relação família-escola. Na diversidade cultural e política que caracteriza o gigantismo do país, o tema evasão muitas vezes aproximou representantes do Estado de setores específicos da sociedade, com o objetivo de criar estratégias de “convencimento” para que a criança permanecesse na escola (p. 54 – 55).

Foi no governo de Getúlio Vargas, com a Carta Magna de 1934, que houve a expansão das políticas sociais com a institucionalização de algumas demandas sociais como educação, trabalho, saúde, assistência social, em resposta as crescentes reivindicações da classe trabalhadora, ainda que atenderam aos interesses burgueses aumentando a reprodução do capital. Esse momento foi decisivo da implementação do conflito entre o capital e o trabalho no Brasil, com a sua crescente urbanização, quando as políticas sociais surgem como resposta dessa pactuação e com a finalidade de garantia da acumulação.

Por consequência dessa expansão nas políticas sociais, a questão social que era vista como uma questão de moral passou a tomar cunho político, se tornando uma responsabilidade estatal. Ribeiro (1993) colabora destacando que as divergências na área da educação se aprofundam com os embates com as facções da classe dominante, quando se confundem as reivindicações educacionais com os interesses políticos. E que Getúlio Vargas toma proveito deste antagonismo atendendo a ambos os lados e firmando-se politicamente.

Em 1940 o Serviço Social se configura como profissão institucionalizada para atuar nas políticas sociais e é incorporada pelo Estado. Na qual, segundo Iamamoto (2007) foi a partir deste momento histórico que a formação técnica especializada da profissão teve seu espaço de legitimação e regulamentação, bem como maior dinamicidade de atuação no Estado. Corroboram Iamamoto e Carvalho (2015), quando frisam que esta institucionalização se projetou pela necessidade de uma política de agenciamento e controle das lutas sociais, na tentativa de absorver e neutralizar as contradições do campo das relações de produção, com a intenção de demonstrar “espírito social” e “solidariedade do empresariado” (p. 307).

Na educação escolar o assistente social tinha o papel de estabelecer e fortalecer as relações entre escolas, pais e comunidade, fazendo um trabalho de integração de crianças que tinham dificuldades nas instituições educativas. Pinheiro (1985) em sua obra relata que era observado nas crianças, que tinham problemas no colégio, as deficiências de caráter, personalidade e moral, nelas e nas famílias delas. Essa busca tinha a intenção de identificar as

deficiências e realizar o tratamento educativo de ajustamento social, norteadas pela perspectiva teórico metodológica positivista/funcionalista². Assim sendo, os problemas dos aprendizes e seus familiares eram tratados como deficiência moral e de caráter pela sociedade.

De acordo com Pinheiro (1985),

[...] se considerarmos um lar incompetente, o que ocorre frequentemente em nosso país, por vários motivos, a escola não tem como lhe pedir auxílio, ao contrário, tentará habilitá-lo, convenientemente, ou, então subtrair a criança à sua ação maléfica. Nessa atividade, como agente de ligação entre o lar e a escola, o Serviço Social desempenha relevantíssima função. Destarte torna-se elemento de colaboração indispensável ao aparelho educacional, notadamente, ao sistema escolar de nível elementar sob a responsabilidade do Estado, porque a autoridade deste imprime maior eficiência ao trabalho social, que se desenvolve numa sociedade de padrão de vida inferior, por isso mesmo, dele mais necessitada (p. 45).

Nesse momento a ação profissional do assistente social buscava adequar as crianças com deficiência moral e de caráter à instituição, as dificuldades de aprendizagem eram relacionadas aos indivíduos, através de um “inquérito social” como diagnóstico. Percebe-se a crítica às problemáticas sociais aos sujeitos de maneira a culpabilizá-los por suas condições, pois os problemas eram compreendidos como sendo individualizados. O Serviço Social, diante disso, intervinha pontualmente nas demandas oriundas da educação brasileira, e não na origem das dificuldades. Como se observa no seguinte trecho,

[...] o serviço social tem por objetivo remediar as deficiências dos indivíduos e das coletividades; quando se dirige ao ajustamento de um determinado quadro, ele o faz para sanar deficiências acidentais, decorrentes de certas circunstâncias, e não de um defeito estrutural. [...] adaptação do indivíduo ao meio e do meio ao indivíduo, pesquisa das causas profundas dos males sociais – procura das causas dos desajustamentos sociais e ação direta sobre eles de maneira científica – a fim de não só remediar, mas ainda de curar e prevenir seu reaparecimento (IAMAMOTO, 2007, p. 202).

À época, fica perceptível a dimensão educativa deste profissional, portador de uma visão acrítica e aclassista, com a intenção de realizar a adaptação do sujeito ao ideário da sociedade capitalista, na garantia da reprodução da força de trabalho, mediante o controle social e no domínio ideológico, atuando em função dos problemas residuais da comunidade.

Com Juscelino Kubitschek na presidência (1956-1961) e a estruturação econômica brasileira que se configurou, a mídia previa um crescimento consideravelmente pomposo. O “slogan” do governo denunciava as intenções de crescimento de “50 anos em 5”. Para tanto, foram traçadas estratégias nas quais a educação de base apresentava-se como critério importante para o desenvolvimento nacional e como consequência necessitava-se uma

² Indicação de leitura complementar:

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa Qualitativa em Educação – O positivismo, A fenomenologia, O Marxismo. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas. 2009.

reforma do sistema educacional (AMMANN, 1991). Para tanto, o governo defendeu a educação profissionalizante e a promoção automática para combater a repetência escolar.

Foram elaboradas as primeiras formulações das seguintes leis: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Nacional da Educação. Contudo, as reformas que foram realizadas responderam eventualmente às problemáticas tratadas e a educação se mostrou como um obstáculo ao desenvolvimento econômico nacional.

Os movimentos sociais reivindicavam a melhoria no investimento e na qualidade de ensino o que deflagrou um movimento de Reforma de Base (AMMANN, 1991). O Movimento de Educação de Base (MEB) foi um desses movimentos e dos mais importantes programas de desenvolvimento de comunidade.

Nos anos 1950, destacou-se nacionalmente a proposta do educador Paulo Freire³, que segundo Porcaro (2007) trazia consigo uma nova visão sobre o analfabetismo, tinha ênfase às classes populares buscando entender e realizar a interlocução da educação com a sociedade. O seu método tinha como base a perspectiva libertadora, fazendo com que o indivíduo adquirisse consciência crítica, podendo compreender e questionar sua própria realidade (HORIGUTI, 2009).

Com o aprimoramento dos moldes educacionais de Freire, e com o desenvolvimento e alargamento das estruturas sociais na luta pela educação como direito constitucionalmente adquirido passou-se enfrentar o fenômeno do analfabetismo como uma resultância da pobreza e efeito direto da desigualdade social naturalizada na sociedade classista em que vivemos, em conformidade com a citação que segue, “O analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser, então, interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária (PORCARO, 2007, p. 2).

Entretanto, com o golpe de 1964, o governo militar interrompeu o progresso que vinha sendo conquistado até então, como afirma Aranha (1996), as classes populares perdem suas forças pela repressão dos movimentos de educação e culturas populares e o Plano Nacional de Alfabetização de Paulo Freire é interrompido. Conforme especifica Netto (1991), iniciou-se o “ciclo de autocracia burguesa”⁴ que se finaliza apenas com a retirada dos governos militares.

³ Indicação de Leitura complementar:

MACHADO, Aline Maria Batista; SILVA, Andresa Melo da; TOLENTINO, Graziela Mônica Pereira. **Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010)**. São Paulo, n. 134, p 70-87, Jan/abr. 2019.

⁴ A denominação “autocracia burguesa” é usada pelo autor José Paulo Netto para o período ditatorial no país, iniciado com o Golpe de 1964.

Durante esse período foram criados outros programas de desenvolvimento de comunidade, a exemplo o MOBREAL e o ABC.

O método de Freire não era bem visto pelos militares que se preocupavam somente com a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, em detrimento do trabalho realizado por Freire de conscientização e criticidade. “O governo não queria, de fato, educar ninguém. O que se desejava era preparar mão-de-obra para o mercado, sem espírito crítico” (NISKIER, 1989, p. 371). A educação no período ditatorial, tinha caráter tecnicista, ou seja, na qual eram racionalizados os seus recursos de forma controlada e autoritária e sem vínculos sociais. Conforme Aranha (1996) detalha, “a tendência tecnicista em educação resulta da tentativa de aplicar na escola o método empresarial, que se baseia na “racionalização”, própria do sistema de produção capitalista” (p. 213).

Neste cenário, a prática do serviço social estava voltada para o “desenvolvimento” da sociedade a partir de um caráter mais técnico, o que demandaram modificações na sua prática e formação profissional atendendo a uma postura crítica para seus fundamentos rompendo com as práticas tradicionais do início da profissão. Como referencia Viana, Carneiro e Gonçalves (2015) é um “processo que busca dar ao Serviço Social uma prática mais eficaz, que busque caminhos em novos fundamentos teóricos-metodológicos” (p. 3). Foi uma perspectiva de renovação da profissão denominado de Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Muitas políticas sociais foram extintas no período militar e as que permaneceram tiveram profundas alterações, as que prosseguiram corresponderam ao atendimento do crescente nível de miserabilidade da população, situação essa agravada pelo rebaixamento de salários, redução número de empregos, e crescimento das favelas em meio urbano. Essas expressões da questão social foram provocadas pela má gestão do governo militar, que os obrigaram a colocar em prática investimentos em políticas sociais compensatórias.

Nos finais da década de 1970, o movimento conservador é fortalecido entre os profissionais do Serviço Social, efetuada com a incorporação da corrente fenomenológica. Nesta visão conservadora, temos segundo Carli (2013) que “o usuário é considerado pelo assistente social fenomenólogo como um *singular isolado de determinações classistas, sem pertencimento de classe.*” (p. 93); dessa maneira, os trabalhadores são vistos como sendo um ser desprovido de vínculos societários, que dialoga com a orientação positivista/funcionalista antes citada, em que o usuário é indivíduo singular e não um trabalhador ou burguês perdendo todo o conteúdo social agregado de modo que tende a transformar o Serviço Social em uma

auxílio psicossocial, uma terapia, logo a prática deste profissional é anulada dando lugar apenas ao “desvelamento” do fenômeno ou diálogo terapêutico, sem intenção intervencional, privilegiando a intuição e não a razão processual.

Nos anos 1979, o congresso da virada ocorreu, ato esse que demarca uma ruptura com o conservadorismo profissional do Serviço Social, com a reafirmação de defesa dos interesses da classe trabalhadora e rearticulação das forças sociais democráticas. Eram os anos finais da decomposição da ditadura no país, nos quais o processo democrático começou a se reforçar, juntamente com a articulação da profissão com as transformações das relações sociais de dominação.

Com a redemocratização do país percebe-se o retorno à assistência educacional, reunindo amplos programas, porém devido aos altos índices de pobreza e desemprego resultantes do período militar tinham de ser realizados mecanismos compensatórios. As expressões das questões educativas continuavam as mesmas, de forma crônica e intensificadas, pois os governos que se passaram tinham se detido ao favorecimento das classes dominantes. Diante disso, a situação culminou em mobilizações variadas em favor de uma nova Constituição Federal, que veio a ser promulgada 1988.

No final dos “anos de chumbo”, tivemos uma atenção especial às creches que eram vistas como atendimento assistencial, e que passaram a ser reconhecidas ao atendimento educacional (ANDRADE; ANDRADE; OLIVEIRA, 2008), fato esse marcado pelo reconhecimento das crianças de 0 a 6 anos como sujeitos de direito, e pelo direito da mulher de ter seus filhos nesta fase com acesso a esta instituição. Fica claro a dimensão educativa que este espaço passa ter desde os anos 1980, atrelada a política de educação.

Os direitos sociais, ao final dos anos 1980, foram levados aos debates visando serem reconhecidos, fazendo com que medidas fossem propostas, inclusive a descentralização da educação. Guimarães (2015) detalha que,

[...] a Constituição Federal é aprovada, efetivando a redemocratização do país. Com essa nova legislação surgem também propostas educacionais que redefinem a escola de maneira geral. Propostas como: valorização das realidades locais, descentralização da educação, tanto administrativa quanto pedagógica, maior valorização do professor, inserção das camadas populares e menos providas financeiramente [...] Os anos de 1990 surgiram como a década da educação, o espírito de reforma estava no ar, seguindo tendências mundiais. (p. 8)

Nos debates sobre a questão educacional brasileira Bulla (2003) corrobora que foi ampliada essa conversação sobre a atuação do serviço social na dimensão educativa, a ponto que puderam orientar as novas tendências de ações profissionais. Era o fortalecimento afirmativo da inserção desta categoria profissional na educação.

Após a Constituição de 1988 é que se tem um redimensionamento da atuação do Serviço Social para as demandas postas na unidade escolar o que representou um grande salto para a categoria. Os debates, as lutas sociais e movimento de renovação do Serviço Social no Brasil com a perspectiva de Intenção de Ruptura trouxeram a profissão uma teorização crítica que provocaram um maior questionamento a prática assistencialista, que era hegemônico até então.

1.1. A política de educação pós constituição de 1988

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram incorporados novos direitos sociais os quais incluíram educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade, infância e aos desamparados. A seguridade social, que tem como principal princípio a universalidade da cobertura sob a proteção social, a partir deste marco, passou a ser financiada pela sociedade de forma direta e indireta, como dita o artigo 195 da Carta. Podendo destacar a importância deste ganho em termos de direitos sociais, fazendo parte deste único elemento a saúde, previdência e assistência social.

Sobre a educação, apresentada no artigo 205, ficou garantido o ensino fundamental obrigatório e gratuito mesmo os que não acessaram em idade própria; a universalização do ensino médio gratuito; atendimento especializado a portadores de deficiência; educação em creches; ensino noturno regular; e assistência estudantil.

A atuação do assistente social na política de educação no nosso país remonta a gênese da profissão, contudo foi a partir de 1990 que o exercício profissional ganhou um salto quantitativo significativo na atuação deste profissional neste setor. Assim colaboram Cunha, Ramalho e Nóbrega (2019) nesta perspectiva da inserção da profissão e na ampliação da atuação deste trabalhador na educação alentada no final do século XX.

Contudo, com a valorização dos interesses das classes dominantes representados pelo projeto neoliberal a nível mundial, em contraposição a Constituição cidadã, veio a combater e reduzir os direitos básicos e de cidadania. Guimarães (2015) faz alusão a um entrave neste domínio de atuação, quando aponta que é perceptível a linha educacional que o país tomaria, com a possibilidade de trilhar caminhos educacionais próprios, mas que em detrimento do seu protagonismo, o país seguiu por políticas educativas incorporadas através de agências internacionais que buscavam atingir resultados favoráveis economicamente.

A ascensão do neoliberalismo manifesta-se no nosso país a partir do governo de Fernando Collor (1990-1992) se seguindo até os governos atuais. A ofensiva pode ser traduzida em um nefasto processo caracterizado pela privatização do que for rentável no âmbito público. Esse processo privatista se fez através da transmissão de uma ideologia, uma “experiência subjetiva de desnecessidade, aparente, do público” (OLIVEIRA, 1999, p. 57), ou mesmo de ineficiência, desqualificando o público e de valorização do privado.

A ideologia desta doutrina se propaga sobretudo por meio da crise do Estado. Os apologistas neoliberais propagaram a ideia de que o Estado é um agente subordinado aos monopólios empresariais, na qual pode ser visto como uma extensão do privado, descartando o imprescindível papel assumido pelo Estado no processo de desenvolvimento socioeconômico.

Portanto, o desmonte da garantia dos direitos sociais veio a acontecer para que houvesse a expansão do capital mundial e a forma convencional para este crescimento se deu pela mercantilização dos serviços prestados e a conseqüente redução de gastos públicos pelo Estado. Esse processo privatista alcança agora o meio educacional com força total no governo de Fernando Henrique Cardoso, como ilustra Frigotto (2003) no seguinte trecho.

É o governo Cardoso que pela primeira vez em nossa história republicana, transforma o ideário empresarial e mercantil de educação escolar em política unidimensional do estado. Dilui-se, dessa forma o sentido do público e o Estado passa a ter predominantemente uma função privada. Passamos assim, no campo da educação no Brasil, das leis do arbítrio da ditadura civil-militar para a ditadura da ideologia do mercado (p. 107).

Nesse cenário houveram muitas repercussões na esfera educacional na sua legislação. A LDB teve diversas modificações, como exemplo na Lei nº. 9.394/96, a qual foi proposta a descentralização administrativa do sistema e da autonomia das instituições educativas; havendo a redistribuição de responsabilidades pelas três esferas do governo. Com a descentralização o ensino infantil ficou a cargo dos municípios, o ensino fundamental ficou como responsabilidade mútua dos municípios e estados, o ensino médio ficou exclusivamente como responsabilidade do estado e o ensino superior ficou cabendo à União.

Houve a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1996, para garantir um apoio dos recursos ao Ensino Fundamental (modalidade que mais atende as necessidades do mercado de trabalho).

Dessa maneira a nova LDB se concretizou esvaziada de conteúdo democrático, como todas as propostas de alterações que tem se baseado na ideologia neoliberal, que se resumem

em: descentralizar, privatizar e reformar a Constituição Federal de 1988. Nesta perspectiva, o Estado participa o mínimo possível da regulamentação do mercado e da sociedade, logo a educação recebe atenção mínima a sua manutenção.

Foram realizadas muitas alterações e atualizações nas legislações educacionais, programas foram criados e exames de avaliação de desempenho educacional foram aplicados neste período, porém mesmo com uma rede de incentivos não se favoreceu em síntese para a melhora permanente da educação brasileira. Nesse quesito, “um fator preponderante foi a falta de recursos suficientes nas outras modalidades de ensino como a Educação Infantil, o Ensino Médio e Técnico que em maior parte esteve sob a gerência dos estados, além da Educação Especial e a de Jovens e Adultos” (GUIMARÃES, 2015, p. 14).

Com a exclusão dessas modalidades de ensino no financiamento público, e as responsabilidades para os municípios, estes não conseguiram investir suficientemente com apenas o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, o mesmo se atribui para os estados nas suas responsabilidades com educação.

No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram propostas mudanças em todas as modalidades de ensino, buscando garantir o cumprimento dos princípios da CF de 1988, em especial no que tange o projeto educacional como frisa Guimarães (2015), que o projeto de governo indicava a sua abrangência nas diversas modalidades da educação brasileira, fundamentada na inclusão social e redução da pobreza.

Contudo, com os projetos herdados do governo antecessor demandando apenas o amortecimento dos impactos da pobreza na economia e desigualdade social, e com a permanência dos organismos internacionais influenciando na construção das ações desenvolvidas pelo Estado na educação barravam o desenvolvimento das projeções na educação significativamente.

Mesmo em meio aos desafios, nos governos do Partido dos Trabalhadores, composto pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, se desenvolveram projetos ousados. O país ampliou a sua influência geopolítica com a criação do novo bloco econômico dos países emergentes os BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A educação ergueu o caráter desenvolvimentista do Brasil através do viés social, somando-se ao político, ao econômico, ao cultural.

O governo Lula, apostou-se em um conjunto sistêmico, articulado, integrado e complementar de políticas educacionais em que todas as etapas e modalidades estavam interligadas e orientadas para assegurar acesso, permanência e qualidade, desde a creche até a pós-graduação (MERCADANTE; ZERO, 2018, p. 15).

Os governos petistas demonstraram compromisso com todas as etapas e modalidades de educação, aumentando o acesso e conclusão no ensino de jovens no fundamental, médio e superior. O acesso a creches quase que triplicaram, passando de 1,23 milhão em 2003 para 3,04 em 2015, e o acesso a pré-escola foi praticamente universalizado, foram criadas 18 Universidades Federais e centenas de Institutos Federais (MERCADANTE; ZERO, 2018).

O orçamento da educação que em 2003 foi estipulado em 18,1 bilhões avançou para 54,2 bilhões em oito anos, chegando em 2016 em 100 bilhões (COSTA, 2017). A educação foi um bem público defendido, “um direito subjetivo de todo cidadão, uma política pública e responsabilidade do Estado, estratégica e imprescindível para o novo projeto de desenvolvimento da nação” (MERCADANTE; ZERO, 2018, p. 24). A implementação do Programa Bolsa Família/Escola se deu pela aglutinação de cinco programas de transferência de renda; este junto aos investimentos da Educação, aumentaram a renda da população mais pobre, pois condicionou-se à frequência escolar ao recebimento dos benefícios, uma forma de incentivo a permanência na sala de aula.

O orçamento da educação sofreu aumento de 206% em reais em função da Desvinculação de Receitas da União (DRU) que limitava os gastos na área (NETO; NEZ, 2021). E somado ao investimento de 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-sal para a educação e para a saúde (BRASIL, 2013), uma compensação financeira relativa à exploração de petróleo e gás natural, os gastos com escolarização tiveram uma valorização sem precedentes.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) implantado em 2011, um dos maiores programas de educação técnica e profissionalizante da história do país (BRASIL, 2011), chegou a ofertar 9,4 milhões de vagas, que objetivavam a inclusão produtiva e aumento da empregabilidade para o mercado de trabalho. A lei de Cotas, que dispõe sobre o ingresso em universidades de 2012 fez incremento a democratização da Educação Superior: acesso aos estudantes de escolas públicas, recortes famílias de baixa renda, negros e indígenas (BRASIL, 2012). Além da ampliação de oportunidades por parte das seguintes políticas:

As políticas de financiamento da Educação Superior fortalecem a expansão de oportunidades, entre elas: o Programa Universidade para todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e Sistema de Seleção Unificada (SISU) incluíram milhões de jovens e ampliaram suas oportunidades (FELINTO, 2019).

Com o Impeachment de Dilma, em 2016, assumiu por breve espaço de meses o seu vice interino, Michel Temer, quando se aprovou no Congresso a Emenda Constitucional (EC)

95, que instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) e inviabilizou as políticas públicas sociais na Educação Básica e Superior (BORSSOI; NEZ, 2019), momento em que houve um maior aprofundamento a orientação de cunho neoliberal no país. Esta EC além de retroceder com o piso constitucional da educação, ainda congelou os gastos público por vinte anos, fez mudanças na lei do pré-sal que reduziram as exigências ambientais, e promoveu a renúncia fiscal para as multinacionais do petróleo (COSTA, 2017), medidas essas claras de apoio ao capital estrangeiro. Em sua sequência, os projetos educacionais que vinham em curso foram sendo destituídos no governo que se segue.

Eleito em 2018, Jair Bolsonaro desenvolveu o discurso de “terra arrasada”, de que pouco ou nada havia sido realizado nos últimos anos, as políticas educacionais representariam um caos, trazendo o indicativo à política privatista. Defendeu a ideia da educação a distância desde o fundamental, e a destruição de políticas de inclusão social, a exemplo das cotas⁵ (NETO; NEZ, 2021).

Neto e Nez (2021) complementam que, no seu Plano de Governo, constam o treinamento para a educação básica, o Ensino Médio voltado para formação de mão de obra por meio cursos profissionalizantes para o ingresso no mercado de trabalho. Intensificou-se o projeto privatista do que é público, e aumentou-se as parcerias com o setor privado na educação superior. Além de, defender a Educação na modalidade à Distância (EAD) como instrumento de formação da juventude, em especial nas áreas rurais (LIBÓRIO; RIBEIRO; CISCATI, 2020).

Este governo ainda, propôs implantar um modelo de gestão escolar militarizado, que visa a rigidez na disciplina dos alunos, baseado no modelo adotado em Goiás (NETO; NEZ, 2021). Desconstruiu grande parte das políticas públicas implementadas nos últimos governos em todas as esferas e escalões de poder.

A gestão do executivo do atual governo, justifica a pandemia do COVID-19 para o redirecionamento das ações governamentais, alegando a impossibilidade de realização das atividades que poderiam ser executadas, pelo abalo econômico e sanitário do período pandêmico, e pela repercussão negativa da guerra ocorrida entre a Rússia e a Ucrânia, justificam que com isso algumas ações e práticas ficaram perdidas no percurso do tempo. Este governo se demonstra como sendo, desde seu ingresso, autoritário, articulado aos interesses do capital, promovendo corte das responsabilidades do Estado tanto para com a área

⁵ A Lei 12.711/2012, a Lei de cotas, criada a 10 anos atrás, possibilitou que discentes de baixa renda, negros, indígenas, e pessoas com deficiência obtivessem acesso ao ensino superior público. A lei estabelece 50% das vagas para livre concorrência, e 50% para os cotistas, distribuídas conforme proporção específica para cada categoria apuradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

educacional como para as demais áreas, conformando um verdadeiro retrocesso ao conjunto dos direitos sociais.

CAPÍTULO 2. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

A escola é um espaço ao qual se objetivam a transmissão de conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos que foram acumulados pela humanidade. Porém, Silva e Silva (2018) destacam que esta instituição é muito mais que isso, pois nela se reúnem as mais diversas demandas do desenvolvimento dos transmissores e receptores de conhecimento envolvidos, onde emergem os mais variados conflitos, fruto da interação destes sujeitos.

A escola, enquanto lugar, é um espaço antropológico no qual se determinam percepções as mais diversas, que pode ser categorizada como uma localidade resultante das relações estabelecidas nela. Para Certeau (1998) a escola é exatamente isso, um lugar no qual o que é praticado nela a qualifica, na qual se reflete as contradições e as relações que estão em seu entorno.

Considerando-a como um possível lugar de pertencimento do estudante, Auge (1994) diz que um não lugar seria um espaço caracterizado como locais não identitários, em que os sujeitos não estabelecem nenhum vínculo relacional, e, portanto, mesmo ocupando este espaço os indivíduos não estabelecem ligações de pertencimento. Nesse sentido, compreende-se que é preciso tornar a escola num espaço de identidade, capaz de produzir vínculos de pertencimento, e que o serviço social juntamente com os demais profissionais que nela atuam influem positivamente enquanto equipe interdisciplinar com funções complementares para este fim.

A partir das ideias de Souza (2008) temos que o termo social qualifica as formas de sociabilidade no mundo, e o termo serviço social retrata uma profissão na qual se intervém na e por uma sociedade marcada pela luta de classes, que busca assistir os que vivem rasteiros ao desenvolvimento econômico. Por isso, percebe-se o papel diferenciador das atribuições deste profissional no que se refere especialmente a educação, tanto na questão da sociabilidade, como na intervenção pelos direitos dos cidadãos.

Levando-se em consideração o trabalho do serviço social, é sabido que este é incorporado em ações de cunho reprodutor dos interesses do domínio burguês-capitalista, sanando as expressões da questão social. Logo, o assistente social está mergulhado nas contradições estabelecidas neste meio de produção que se configuram no acirramento entre as classes sociais pertencentes a esta sociedade, na qual a escola também está inserida.

Na contemporaneidade, um dos desafios que se colocam ao serviço social é a capacidade de interpretar a realidade e com base nesta desenvolver competências e construir propostas compatíveis com esta realidade, capazes de contribuir para a efetivação dos direitos dos cidadãos. Para Yamamoto (1999) é perceptível a exigência de qualificação profissional na execução de suas ações, a capacidade de esclarecimento sobre os direitos sociais e de como exercer esses direitos, além de desenvolver a capacidade de se atualizar e se situar na realidade do mundo globalizado.

O assistente social não se configura apenas como executor, mas também, um planejador, implementador, proponente e avaliador das políticas e programas sociais, contribuindo para que a população mais fragilizada tenha acesso aos bens e serviços públicos e privados. Essas ações pretendem conter com os efeitos perversos de uma sociedade desigual do ponto de vista da renda, classe e poder, porém sem resolver no cerne da questão social (GENTILLI, 1998, p. 129).

Em observância a este fato, percebe-se que o trabalho do assistente social na escola não é confundível e nem concorre com o de lecionar, pois a sua atividade está intimamente vinculada ao fortalecimento das redes de sociabilidade e à efetivação do acesso aos serviços, direitos sociais e processos socioinstitucionais. Essas são as contribuições de Almeida (2000) quando ele cita que o espaço de atuação do serviço social é peculiar e requer autonomia técnica, já que sua formação se fundamenta na intervenção direta nos problemas sociais. Logo, este profissional é configurado como um articulador estratégico no atendimento aos alunos e suas famílias que pode contribuir para promover melhoria no desenvolvimento educacional.

Por outro lado, Marpeau (2002), detalha que a ação educativa leva o sujeito que interage com os demais a pensar sobre si em seu transcurso de vida. Sob esta ótica, evidencia-se que a ação educativa do assistente social na escola não ocorre de forma pontual, beneficente, mediadora simples de conflitos, na intervenção de todas as atividades institucionais e ampliando a dependência assistencial, mas sim, que o cerne de atuação promove uma alteração na identidade do sujeito que sofre mutação pelo intercâmbio de experiências e saberes, e que por fim promove uma reestruturação cultural.

Esse entendimento se relaciona intimamente com os estudos de Abreu (2004) que disserta sobre a transição no âmbito do amplo movimento de Reconceituação do Serviço Social na sociedade brasileira, no qual houve um processo de vinculação do projeto profissional, após 1980, junto às lutas sociais da classe trabalhadora, em detrimento dos

movimentos conservadores⁶ do capital hegemônicos de outrora. Como as práticas educativas correlaciona a racionalização da produção e do trabalho com a organização da cultura adequam-se a um dos projetos societários das classes sociais em “confronto”, pois essa construção cultural é articulada através de interesses econômicos, políticos e ideológicos. Abreu (2002) redefine três formas de intervenção profissional do Serviço Social na sua função nos “processos de organização da cultura”, o que demonstram as formas de atuação divergentes que são caracterizadas na Ajuda, na Participação e na Emancipação.

De acordo com os escritos de Abreu (2002) temos que, a “Pedagogia da Ajuda” é praticada pelo assistente social desde a década de 1920, com o objetivo de enfrentar a questão social agravada com o capitalismo industrial através do cunho moralizador e da reintegração social. O profissional intervinha com o objetivo de favorecer a hegemonia capitalista.

A “Pedagogia da Participação” é praticada desde dos anos 1950, pretendia integrar a população nos programas de governo que possibilitavam a integração e promoção social, ultrapassando o atendimento individualizado. Tinha o objetivo mitigar os efeitos da expressão social e a revolução da massa.

A “Pedagogia da Emancipação” é assumida após a redefinição do projeto societário do Serviço Social marcado pelo Movimento de Reconceituação a partir de 1960, com um caráter contestador da ordem vigente, e cuja ação educativa visa a construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas em contraposição à cultura dominante (ABREU, 2002a, p. 134).

Dessa maneira, os processos pedagógicos são norteados nos espaços sócio-ocupacionais com base na inserção crítica e de compromisso político com a inscrição dos interesses imediatos das classes dominantes na agenda das políticas sociais. Já as estratégias de mobilização utilizadas pelo assistente social podem se desenvolver no campo da comunicação social, ao se usar a linguagem escrita e audiovisual, através da mídia, impulsionando a sensibilização da consciência e da criticidade com o objetivo de desmistificar e produzir ações de contraposição à cultura domesticadora e da mercantilização do atendimento às necessidades sociais.

Nesse sentido, a função pedagógica do assistente social é explícita e singular, caracterizada pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos, interferindo na formação de subjetividades, nas normas de condutas e na

⁶ O conservadorismo pode ser visto na sua forma contemporânea como uma tradição de pensamento em ação, que consiste na manutenção e preservação da ordem capitalista. Pensamento reforçado pela ideologia da direita e pela perspectiva de retrocesso civilizatório. Indicação de leitura complementar: SOUZA, Jamerson Murilo Anúnciação de. **Tendências Ideológicas do Conservadorismo**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

sociabilidade. Essa função, destaca-se na visão gramsciana de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978), e sob a qual fica evidente a relação das práticas educativas à luta pela hegemonia da sociedade, vinculada ao processo de formação cultural.

A dimensão educativa do exercício profissional do assistente social ultrapassa a base epistemológica por poderem ser trabalhadas na forma individualizada as características dos sujeitos de maneira articulada no coletivo. Nesse sentido, Iamamoto (1999) diz que o assistente social colabora no âmbito educacional com os outros profissionais, na dimensão prático-interventiva, para a construção dos resultados esperados. Este fato, possibilita a ampliação dos referenciais teóricos e metodológicos, que implicam qualitativamente no processo ensino aprendizagem.

De acordo com o projeto ético-político profissional do serviço social, temos a necessidade de implementação de um processo de construção de uma pedagogia emancipatória, que se afirma entre duas direções, não excludentes, entre o horizonte da cultura do “bem-estar” e o da superação da ordem capitalista. Contudo, essa pedagogia reflete diretamente as contradições e os desafios postos mediante as lutas de classes, e dessa maneira priorizam como condição indispensável a mobilização social e a organização das práticas educativas desta categoria profissional.

A necessidade desse processo de construção de um projeto emancipatório se dá através do compromisso profissional com as classes sociais, materializados na ação da categoria, que intervém no modo de pensar e de agir dos sujeitos e tem vinculação na diversidade, logo o seu desempenho nesta função é tensionado no quadro das transformações estruturais da sociedade. Essa ação categórica materializada viria a privilegiar a concretização dos interesses das classes dominadas, direciona-se para o fortalecimento dos espaços de luta sociais, onde é socializável o conhecimento e onde se pode participar da construção da hegemonia das classes (CARDOSO, 1995), o que mostra a diferença na atuação desse profissional perante os demais no âmbito educacional.

No âmbito escolar o serviço social integra equipe interdisciplinar com três grupos de protagonistas: os discentes, docentes e os técnicos administrativos do processo pedagógico; tendo um papel heterogêneo. No seu papel este agente é capaz de perceber as percepções alheias dada a realidade imposta, porem apresentando seus conceitos e representações que definem as possibilidades de resolução da demanda profissional. A referência do perfil educativo, deste profissional, está associada a capacidade de permutar seus saberes e

competências na relação posta por cada qualidade de agente, seja ele quaisquer um dos três tipos enquadrados no campo de atuação.

Para atuar na educação é necessário que o Assistente Social se identifique com o fundamento da educação, que tenha uma visão dinâmica e concreta do que seja o processo educativo nas suas relações interpessoais, ter perfil conciliador e articulador e assegurar as questões éticas. Tem-se em vista que atuação do Serviço Social na escola, especificada por Abreu (2019),

Expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial (p. 9).

Os Assistentes Sociais Educacionais destacam-se dentre as contribuições de maior importância desta categoria no espaço escolar. Dentre essas contribuições temos dar suporte aos escolares, à família e à equipe da escola, ajudar no processo educativo como elemento de formação humana e política, mitigar a evasão escolar, trabalhar no espaço escolar como lugar de formação social e política, envolver escola, família e comunidade, capacitar a equipe escolar, acompanhar crianças e adolescentes em situação de risco social, promover a interlocução com o sujeito sociocultural, desenvolver atividades com as famílias, trabalhar valores éticos com alunos e professores, realizar visitas sociais, assistir e encaminhar adequadamente os que necessitem de cuidados específicos, trabalhar para a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Além destas funções ainda temos: contribuir para a resolução de problemas sociais enfrentados pela escola, participar na construção do projeto político-pedagógico, contribuir para garantir a universalização de direitos ao universo escolar, objetivar o fortalecimento dos direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, orientar a família sobre os instrumentos legais que garantem a proteção à criança e ao adolescente, e a sua cidadania e contribuir na formação de redes multiprofissionais, promover a integração com organizações não-governamentais, instituições públicas ou empresas, planejar, elaborar, implementar, executar e avaliar projetos, políticas públicas e atividades culturais, e, atuar como agente facilitador da compreensão de fenômenos presentes em demandas emergentes.

As demandas que chegam ao Serviço Social estão imersas em problemáticas que sobrepõe o espaço escolar. São decorrentes da fragmentação da questão social, que refletem no desempenho dos educandos. Essas demandas exigem que o profissional atue junto aos

alunos, famílias, escola, demais profissionais e comunidade, desenvolvendo programas e ações assistenciais articuladas com as demais políticas.

O atual agravamento das expressões da questão social⁷ está intrinsecamente relacionado às inflexões do programa neoliberal⁸ que vigora no nosso país, o qual desencadeia as novas exigências postas ao Serviço Social. Fato esse que, nos propõe a tomada de decisões interventivas teoricamente fundamentadas e escolhidas politicamente, considerando o projeto ético-político profissional e visando a superação do modelo de sociabilidade vigente. Portanto, exigem mais que ações imediatas, repetitivas, urgentes e desprovidas de profunda reflexão, a fim de responder qualificadamente às demandas e requisições profissionais.

Em sequência, vamos trazer a influencia de dispositivos normativos de proteção aos direitos fundamentais que incluem a educação para a devida proteção. Neste item, vamos começar a compreender os marcos históricos e normativos que contribuíram para a construção das concepções conhecidas de cidadania e direitos humanos que foram a base instrumental da constituição dos direitos sociais.

2.1. Dispositivos normativos para a instrumentação e efetivação da proteção à educação

Os documentos oficiais e diretrizes que norteiam as políticas voltadas para a Educação Básica no Brasil compreendem importantes dispositivos frente ao cenário ao qual estamos submetidos com a implementação da política neoliberal que visa a perda dos direitos historicamente assegurados.

A escola tem um papel importantíssimo concepção de cidadania na trajetória formativa dos cidadãos. A cidadania configura-se de acordo com o dicionário Aurélio Buarque de Holanda como sendo a “condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garante a participação na vida política”, portanto é o direito de inclusão social, no exercício dos direitos e deveres próprios das responsabilidades de um cidadão. Para ter conhecimento dos dispositivos legais que instrumentam e efetivam a proteção à infância e

⁷ Questão social é o conjunto de expressões que definem as desigualdades da sociedade, a exemplo da pobreza, desemprego, raça, etnia, entre outros. O conceito está ligado a forma como a riqueza em sociedade é produzida e repartida.

⁸ Segundo a concepção marxista, o neoliberalismo é uma estratégia política que objetiva a hegemonia da classe dominante e a sua expansão. Uma corrente fundada no novo estágio do capitalismo da década de 70.

Ver autores:

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. Revista Sociedade e Estado – v. 34, n. 1. Jan/Abr 2019, p. 211-239.

HARLEY, D. O neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

adolescência é necessário realizar uma breve explanação sobre a cidadania expressa nos marcos legais que norteiam historicamente o processo educacional brasileiro, que segue.

Para que as noções de direito chegassem ao nosso país primeiro houveram marcos históricos internacionais, em especial podemos destacar sobre a Carta das Nações Unidas, que foi um tratado elaborado pela Organização das Nações Unidas - ONU, no ano de 1945. A carta foi assinada após o término da Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional. Teve o objetivo de preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, para tanto pretendia reafirmar os direitos fundamentais dos indivíduos através de obrigações a justiça e o respeito decorrentes do tratado. Foi um documento importante que estabeleceu a paz e segurança entre as nações, trazendo pela primeira vez na história noções sobre os direitos universais do ser humano que respaldou a defesa aos direitos fundamentais dos sujeitos.

Logo em seguida, precisamos destacar, como marco histórico, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que foi um documento também proclamado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, no ano de 1948, como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos. Teve como objetivo criar um ambiente de multilateralismo, no qual ficasse garantido a paz e o fortalecimento dos direitos humanos, para que os horrores da guerra não se repetissem. Na Declaração ficaram explícitos os direitos humanos, que incluem o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação como exemplos. A DUDH também trouxe três pilares na sua declaração que foram: a paz, liberdade e cidadania.

Nacionalmente, podemos destacar a Carta Constitucional de 1988, como um documento que trouxe importantes garantias aos cidadãos sobre os seus direitos. Apresentou uma série de mudanças como o fim da censura, a liberdade de expressão, direito das crianças e adolescentes, eleições diretas e universais com dois turnos, entre outras. Portanto, resultou do esforço político pela redemocratização e o fim da “autocracia burguesa” Netto (2005), trazendo significativos avanços apontados aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos cidadãos. Foi respaldada nos direitos fundamentais, o que posicionou o Brasil como sendo um dos países de maior ordenamento jurídico no que se refere aos direitos humanos e onde se recepcionou grande parte dos ritos das convenções internacionais em torno do tema em questão.

Com base nisso, sabemos que, antes de 1988 existia o reconhecimento da cidadania através do conceito trazido por Santos⁹ (1979), contudo as questões relativas à cidadania que começaram a emergir na nossa sociedade após a constituinte são respaldadas numa cidadania padrão ampliada e universal, o que corroborou para que os direitos dos sujeitos fossem pensados a partir das dimensões do exercício de direito e definida pela legislação. Contudo, Santos (2007) atenta que a cidadania referenciada na CF está muito distante de ser atingida plenamente pelos indivíduos, como quando o autor cita a precariedade a que os direitos trabalhistas vêm sendo submetidos, causando impactos irreparáveis à cidadania por os direitos padecerem de efetivação.

No que se refere ao tema educacional, com a CF trouxe obrigações extras. A escola passou a ter mais responsabilidade pela garantia do aprendizado, tendo como premissa a educação básica pública, na qual a Constituição em seu artigo 6º e 205º reconhece-a enquanto direito social. De acordo com o Artigo 6º, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, [...] a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988, s/p), e no Artigo 205º temos que,

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s/p).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), normatizado pela Lei Federal nº 8.069/1990 foi criado para regulamentar o artigo nº 227 da CF que define as crianças e adolescentes como em condição de dependência para o seu desenvolvimento, por isso, tem o objetivo de garantir a proteção integral destes indivíduos provendo e protegendo a efetivação dos seus direitos e deveres, assim como sua prioridade nas políticas sociais. A Lei do ECA “é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente.” (BRASIL, 1990, p. 10). Na lei temos os órgãos que ocupam papel estratégico na promoção e defesa dos direitos desses sujeitos, como,

[...] o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) reafirma seu compromisso em desenvolver políticas capazes de contribuir para a construção de um Brasil sem violações de direitos e onde a infância e adolescência sejam dignas, saudáveis e protegidas (BRASIL, 1990, p. 12).

E ainda cita no seu artigo nº 53 obrigações educacionais ditadas na lei,

⁹ O autor Wanderley Guilherme dos Santos introduziu o conceito de “cidadania regulada” no livro “Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira” (1979). O conceito se refere à vinculação entre o status de cidadão e a localização do indivíduo em uma ocupação reconhecida por lei.

A criança e o adolescente têm o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- direito de ser respeitado por seus educadores;

III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;

V- acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019). (BRASIL, 1990, p. 45).

No percurso da política de educação, a LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na sua lei nº 9.394, do ano de 1996, foi uma sinalização legal para as finalidades da educação básica na garantia ao estudante de uma formação indispensável ao exercício da cidadania. No 2º parágrafo também reafirma o dever do Estado e da família sobre o direito educacional e o preparo para o exercício da cidadania. Neste contexto, o projeto de Lei n. 3.688/2000 trouxe inovações importantes sobre a atuação do assistente social na educação, se tornando em 2019 Lei Ordinária nº 13.935:

Art. 21º O Poder Público deverá assegurar atendimento por psicólogos e assistentes sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitarem.

§ 1º O atendimento previsto no caput deste artigo será prestado por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social.

§ 2º Os sistemas de ensino, em articulação com os sistemas públicos de saúde e de assistência social, deverão prever a atuação de psicólogos e assistentes sociais nos estabelecimentos públicos de educação básica ou o atendimento preferencial nos serviços de saúde e assistência social a alunos das escolas públicas de educação básica, fixando, em qualquer caso, número de vezes por semana e horários mínimos para esse atendimento (BRASIL, 2000, s/p).

Apesar da materialização dos projetos de lei caminharem lentamente, destaca-se, em relação ao fortalecimento da inclusão destes profissionais na política educacional, a luta da categoria do serviço social e da psicologia, e toda a mobilização com os conselhos federais e regionais de suas categorias para a aprovação da Lei 13.935 (BRASIL, 2019), visto que esta visa sobre a disposição na prestação de serviços destas qualidades profissionais nas redes públicas de educação básica, considerado um ganho significativo para a política de educação.

O Serviço Social apesar de ser uma profissão ligada a sociabilidade nem sempre esteve inserida legalmente e efetivada na área de atuação educacional no nosso país. O percurso da discussão sobre essa efetivação neste locus dentro do próprio conselho profissional permeia pouco mais que duas décadas. O itinerário deste avanço começou no ano de 2001, quando o CFESS e o CRESS regionais constituíram um documento com a finalidade de contribuir com o fortalecimento da presença do Serviço Social na área educacional com

alusões coerentes em torno do seu projeto ético político, o que permitiu o avanço sobre esse debate.

Uma década depois, no ano de 2011, um novo documento foi produzido, sob o título “Subsídios para o Serviço Social na Educação”, que continha o levantamento de experiências em diferentes modalidades na educação e sugestões de conteúdos para proposições de projetos de lei sobre a inserção deste profissional na área, tendo também as indicações de encontros nacionais do Conjunto CFESS/CRESS.

Desde do documento de 2001 se apontava as seguintes problemáticas da expressão da questão social no âmbito escolar: baixo rendimento escolar, evasão, desinteresse pelo aprendizado, indisciplina, insubordinação às regras escolares, violência e exposição às drogas (CFESS, 2001). As ações de atuação do profissional do Serviço Social, mediante a discussão realizada demonstrou que estavam voltadas para a execução de programas e projetos e por estes serem provenientes da realidade social permitiu-se que fosse intensificada a necessidade deste profissional nas escolas. Como afirma Almeida (2011) percebe-se “o aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua operacionalização (p. 26).

As requisições profissionais, destarte aumentadas, passaram a relacionar a estrutura educacional com os problemas advindos das condições de vida das pessoas, que com o reconhecimento da educação enquanto direito de todos, passou-se a enfrentá-las como demandas institucionais. Esse fato, implicou no acionamento do Poder Judiciário e do Executivo para se assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito (ALMEIDA, 2011, p. 25).

De acordo com o CFESS (2011) os assistentes sociais desenvolvem “ações, programas e projetos institucionais de assistência estudantil quanto a dimensão política e pedagógica” (p. 42). Vale ainda salientar que os programas de assistência estudantil englobam uma gama de ações assistenciais como transporte, bolsas, acompanhamentos de frequência irregular, articulação com os conselhos, dentre outros, e que a dimensão política é voltada para a “mobilização da comunidade escolar” e dos “processos de luta pela garantia ou ampliação do acesso à educação” (p. 42).

Na educação o assistente social também responde as seguintes requisições embasadas no CFESS: pesquisa socioeconômica e familiar para a caracterização da população; elaboração de programas de orientação sociofamiliar visando prevenir a evasão escolar e qualidade de formação; elaboração de programas com a equipe para prevenção às drogas e violência; realizar encaminhamentos de pais e alunos para o atendimento de suas

necessidades; realizar visitas sociais para assistir e encaminhar o usuário adequadamente a sua realidade; elaboração e implementação de programas específicos para classes especiais.

O relatório de 2011 do CFESS especifica que a inserção do assistente social acontece na equipe multiprofissional no modo interdisciplinar, pois esta profissão integra uma equipe coletiva de trabalho a qual tem divergentes formações. As demandas chegam para o profissional como requisições técnico-operativas e político-ideológicas através da relação entre demandas sociais e demandas institucionais.

Com a ampliação da inserção do assistente social na educação, e da sua importante contribuição para que este direito seja assegurado, foi elaborado um parecer jurídico, pelo CFESS, que detalhava sobre a viabilidade jurídica e legal relativa à sua implantação do serviço social nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, no intuito desse profissional possibilitar a garantia ao acesso à escola, bem como a permanência dos estudantes nas unidades. Logo,

O Serviço Social terá, dentre suas relevantes funções, as atribuições de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, nas escolas freqüentadas por estes, objetivando atuar nestas questões preventivamente, de forma a sana-las ou atenuá-las (CFESS, 2001, p. 22).

Esse parecer jurídico, juntamente com o a votação e aprovação pelo Projeto de Lei da Câmara PLC 060/2007, ocorrida em 2009, asseguram a legalidade da atuação de assistentes sociais e psicólogos na educação. O PLC dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica, e, portanto, preconiza o Serviço Social na educação, por este vir a contribuir na acessibilidade ao direito à educação de forma mais democrática, viabilizando o direito conferido na CF de 88, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na LDBN e no Plano Nacional de Educação (PNE).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN) constituem-se como princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica que norteiam as instituições na organização, desenvolvimento, articulação e avaliação das propostas pedagógicas de cada escola.

Ao sistematizar as diretrizes desta política é necessário proporcionar reflexão crítica através dos princípios sociais e constitucionais, de pluralidade, liberdade, valorização das diferenças e, sobretudo, ter como prerrogativa a formação humana para o exercício pleno da cidadania. Logo outros direitos precisam ser explicitados conforme o exposto por Brasil, (2017),

A aquisição plena desse direito depende da possibilidade de exercitar todos os demais direitos, definidos na Constituição, no ECA, na legislação ordinária e nas inúmeras

disposições legais que consagram as prerrogativas do cidadão brasileiro. Somente um ser educado terá condição efetiva de participação social, ciente e consciente de seus direitos e deveres civis, sociais, políticos, econômicos e éticos (p. 17).

Ciente disso, é necessário se assegurar uma educação de qualidade com vistas à formação humana, para que os sujeitos possam participar ativamente em seu meio social, de forma consciente e ciente de todos os seus direitos e deveres.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é outro documento de caráter normativo que visa a definição de um conjunto de aprendizagens essenciais que os estudantes devem desenvolver. Foi elaborado com base na CF de 1988, LDBN e PNE. Tem como finalidade assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais definidas pelo documento, como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana (BRASIL, 2017).

A discussão sobre o currículo escolar, no tocante a temas como as questões de gênero e religião por exemplo, no nosso país, ainda tem muitos desafios a serem enfrentados, pois existem muitos entraves e incongruências apresentadas. As respostas as lacunas postas a escolha do currículo de ensino são muito complexas, porém é necessário desenvolver uma educação mais inclusiva, justa e igualitária, de maneira que os estudantes se sintam representados neste currículo, independente da sua classe social, cor, religião, orientação sexual e demais fatores de determinantes excludentes.

A construção das qualidades ideais para a educação não se constitui como uma tarefa fácil, tendo em vista os desafios da legalidade no nosso país e as intenções arbitrárias da elite dominante. Apesar dos ganhos e de termos alcançado importantes marcos legais que contribuem para a viabilização dos direitos, há ainda um longo caminho para chegar a um patamar de ensino justo e igualitário. Aspirar um projeto emancipatório educacional na sociedade opressora e excludente que vivemos nos mostra quão árduo será o percurso de consolidação para uma escola que vislumbre a formação para a cidadania nos moldes qualitativos que ambicionamos, ou seja, capaz de efetivar o direito à educação.

Em colaboração a este histórico de construção e materialização do que traz a Constituição Cidadã e demais legislações pertinentes a Política de Educação no país, vale salientar que como é o direito a educação qualifica o cidadão para o trabalho e a sociabilidade, é através dela que podemos exercer e desenvolver outros direitos sociais, de maneira que ela pode ser vista como um mecanismo de facilitação ao acesso de outros direitos.

CAPÍTULO 3. O RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES

3.1. Caracterização da instituição

A Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves está situada na rua Pedro Aragão, s/n, no bairro Sandra Cavalcanti, em Campina Grande, PB, CEP: 58410-765. O email oficial da instituição é o: emgustavoaca@gmail.com; o instagram é o: @_emgustavoadolfo. A instituição está inscrita juridicamente sob o CNPJ: 01.982.249/0001-02. Atualmente a escola encontra-se administrada pela pedagoga Belinda Cavalcante Araújo. Os dados que se seguem neste subitem e no próximo foram obtidos através do Plano Anual do Serviço Social do ano de 2022 e/ou foram observados e comprovados no estágio obrigatório presencialmente.

A construção da estrutura física da instituição ocorreu nos anos de 1986 até 1988, e as atividades foram iniciadas em 1989, no governo do prefeito de Campina Grande Ronaldo Cunha Lima. A escola recebeu o nome de “Gustavo Adolfo Cândido Alves” em homenagem a um estudante campinense, falecido em 29 de julho de 1986, aos 15 anos, com uma doença rara chamada Deficiência Imunológica Celular.

A escola dispõe de 01 sala de direção, 04 salas de aula, 07 banheiros no total (01 para os alunos do Pré-escolar, 01 para os funcionários, 04 para as demais turmas, 01 com acessibilidade para alunos com deficiência física), 01 laboratório de informática, 01 sala de leitura, 01 cozinha com dispensa, 01 almoxarifado, 02 quartos para guardar materiais da escola, 01 mini campo, 01 pátio e 01 parque infantil.

A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, com uma média de 140 alunos na faixa etária entre 04 e 10 anos no ano de 2022, oriundos de famílias residentes na zona urbana e na zona rural¹⁰. Na instituição estudam ainda alunos com deficiência intelectual, autismo e síndrome de Down. A escola oferece as modalidades de ensino infantil e fundamental I, com 07 turmas, sendo 02 de educação infantil (Pré I e Pré II) e 05 de ensino fundamental I (1º ao 5º ano). Além da sala de aula regular, oferece ainda Atendimento Educacional Especializado (AEE), na Sala de Recursos Multifuncionais para os alunos com deficiência, bem como aulas de educação física, de capoeira e de reforço escolar.

De acordo com o último estudo socioeconômico realizado pelo serviço social, no ano de 2021, a grande parte das famílias são compostas em média de 4 à 5 integrantes, sendo em

¹⁰ Os alunos da zona rural são provenientes da Fazenda Santa Cruz que pertencem a Região de Campina Grande – PB.

maioria a mulher a responsável pela família, com renda de até 01 salário mínimo, recebendo o benefício do Programa Bolsa Família e tendo ensino fundamental incompleto.

A partir da proposta pedagógica da escola, prevista no Projeto Político Pedagógico (PPP), a Escola Municipal Gustavo Adolfo vem executando seus serviços com o objetivo de promover o desenvolvimento psicopedagógico dos seus alunos e a formação crítica para o exercício da cidadania. Partindo desse pressuposto, os educadores desenvolvem concepções de aprendizagem que subsidiam sua prática pedagógica, tendo como fundamento a abordagem Sociointeracionista¹¹.

Os projetos criados e desenvolvidos atualmente pela escola são: “É Preciso Viver Valores”, “Senta que Lá vem História” e “O Carrossel da Leitura”, “Tecendo os Caminhos para a Inclusão”, “Família, Escola e Comunidade: Uma Parceria que Dá Certo” e “Frequência em dia: uma proposta de acompanhamento do serviço social à frequência escolar dos alunos” (coordenados pelo serviço social). Além desses projetos, a escola ainda conta com a execução do Projeto Capoeira na Escola (coordenado pelo Instituto Alpargatas) e com a execução das ações do Programa Saúde na Escola (coordenado pelas Secretarias Municipais de Saúde e de Educação de Campina Grande).

Para o desenvolvimento de seus serviços, no ano de 2022, a escola dispõe de um quadro de profissionais composto por: 01 gestora, 01 secretárias, 01 equipe multiprofissional (formada por 01 supervisora, 01 psicóloga, 01 assistente social e 03 professoras na função de apoio pedagógico); 16 professores (07 em sala de aula regular, 02 no AEE ofertado na Sala de Recursos Multifuncionais, 05 como apoio escolar de alunos com autismo e 02 na educação física), e uma equipe de apoio com 10 integrantes, entre eles: 04 vigias, 02 merendeiras e 04 funcionários da limpeza.

Os recursos materiais da escola englobam 01 TV; 02 computadores para a secretaria; 04 notebooks da sala de recursos multifuncionais; 18 computadores para o laboratório de informática; 01 máquina de xerox; 02 impressoras; 01 Data show com tela de projeção; 03 caixas de som amplificadas; 02 aparelhos de som; 03 microfones; 20 tablets.

O trabalho da instituição vem atualmente sendo subsidiado financeiramente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que provê recursos para o desenvolvimento da educação através de alguns programas, dentre eles há destaque para o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

¹¹ A abordagem sociointeracionista é a abordagem histórico-cultural do desenvolvimento humano, onde o aluno aprende com aquilo que seu grupo social produz. Ou seja, o conhecimento é resultado da combinação entre fatores objetivos e subjetivos que fazem parte do cotidiano do estudante, sendo este o personagem principal no processo ensino-aprendizagem..

3.2. Atuação do Serviço Social na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves

O Serviço Social na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves foi introduzido em 1991 à equipe multidisciplinar, tendo como primeira assistente social a profissional Xênia Brasileiro Amâncio, que atuou na equipe até 1993. A profissional Maria de Lourdes Almeida deu continuidade ao trabalho desenvolvido do ano de 1993 até meados do ano de 2010. Passados dois anos, assumiu a profissional Maria Noalda Ramalho, que ingressou por vaga de concurso público na escola em 2012.

As atividades desenvolvidas pelas profissionais do serviço social na escola até o ano de 2010 foram direcionadas de forma geral para a participação e envolvimento nos planejamentos pedagógicos, para atividades educativas com o alunado, para o acompanhamento dos relacionamentos escolares e familiares dos alunos, para ações colaborativas relacionadas a saúde dos usuários da escola e profissionais, para encaminhamentos, para programas e instituições beneficentes com o objetivo de sanar as mais variadas necessidades dos frequentadores da escola como um todo.

Desde 2012 o Serviço Social se dedicou, além das atividades demandadas anteriormente, especial atenção à realização de ações na dimensão sócio educacional que contribuam para a efetivação do direito dos alunos ao acesso e permanência na política de educação levando em consideração os aportes jurídicos da última Constituição Federal Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A equipe multiprofissional da Escola Municipal Gustavo Adolfo, a partir de 2012, incrementou na sua atuação a articulação de ações pedagógicas com os alunos, mediando os conflitos, identificando as demandas institucionais, acompanhando a frequência escolar, como também identificando os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e emocional, de modo que permitiu um trabalho conjunto do corpo docente e outras equipes de outras instituições mediante a necessidade da realização de intervenções profissionais externas.

A assistente social que atua na instituição atende crianças e adolescentes que frequentam a escola e suas famílias, sendo o perfil destas em sua maioria compostas por quatro pessoas, organizadas no modelo familiar tradicional (pai, mãe e filhos), com renda mensal inferior a 1 (um) salário mínimo, baixa condição socioeconômica, conforme os dados do último Estudo Socioeconômico realizado no ano de 2021.

Como membro da equipe multiprofissional e por meio desta, o serviço social organiza e executa os planejamentos pedagógicos, desenvolvendo o Projeto Político Pedagógico (PPP), apoiando os eventos realizados no ambiente escolar. Como também, o serviço social é responsável pela criação e execução do Projeto de Intervenção “Tecendo os Caminhos para a Inclusão”, voltado para a formação continuada das professoras que lecionam na escola e dos profissionais de apoio que assessoram os alunos especiais, promovendo a discussão da proposta pedagógica de inclusão e a construção de estratégias de atendimento ao público especial.

Como contribuição para o fortalecimento da luta pela educação como direito de todos e o compromisso de consolidação do serviço social na educação, o serviço social é responsável pela criação do projeto de intervenção “Família e Escola: Uma parceria que dá certo”, em 2013, no ano seguinte o projeto teve uma alteração em seu nome passando a se chamar “Família, Escola e Comunidade: Uma Parceria que Dá Certo”. Uma das ações mais importantes do projeto se baseiam no levantamento socioeconômico das famílias da escola com a finalidade de ofertar dados à mesma que possam melhor caracterizar o público atendido, e contribuir para fortalecer a parceria com as famílias.

Em 2013, junto com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), o serviço social deu início à execução do Projeto de Extensão: “Direitos e Deveres na Escola: um resgate da cidadania de crianças e adolescentes”, com o objetivo de esclarecer sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes prescritos no ECA.

A atribuição privativa de supervisão de estágio iniciou-se em 2015, com o qual frutificaram dois projetos de intervenção executados e elaborados por alunos, “Atuação do serviço social através do estudo socioeconômico das famílias da Escola Municipal Gustavo Cândido Alves” (de autoria do aluno: André Monteiro Morais) e o projeto “Educar para Coletar: Uma Intervenção com Alunos e Equipe de Apoio da Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves” (de autoria da aluna: Kaliane Sousa Coelho).

Conforme o Plano de Ação do Serviço Social da escola para o ano de 2022, estabeleceu se como objetivo principal o planejamento de ações que contribuam para a efetivação do direito dos alunos ao acesso à política de educação e a sua permanência no sistema educacional. Neste sentido, outras ações específicas foram direcionadas para garantir a efetividade dessa política, como o planejamento de atividades na dimensão sócio educacional, com a finalidade de contribuir na efetivação do direito à política da educação, no cumprimento de atividades que fortaleçam o acesso dos educandos aos serviços de educação

ofertados pela escola e nas ações que facilitem a permanência e o sucesso dos alunos na instituição.

A atuação do serviço social no curso do ano de 2022, de acordo ainda com seu Plano de Ação (2022), dá prosseguimento aos seguintes projetos:

- “Família, Escola e Comunidade: Uma Parceria que Dá Certo” (Atividades: reuniões com famílias, promoção de estudos socioeconômicos, encaminhamentos para Rede de Proteção Social, e orientações às famílias para acesso a programas e benefícios sociais);
- “Frequência em dia: uma proposta de acompanhamento do serviço social à frequência escolar dos alunos” (acompanhamento de frequência escolar e busca ativa dos alunos infrequentes);
- “Tecendo os caminhos para a inclusão” (capacitação de professores, inclusão dos alunos com deficiência);

As ações do serviço social incluem ainda a supervisão direta de estágio obrigatório aos alunos de Serviço Social da UEPB, apoio à execução das atividades do Programa Saúde na Escola na unidade escolar, atividades com os alunos e suas famílias sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para tais ações o agente do serviço social deve utilizar instrumentos e técnicas de observação, dinâmica de grupo, relatório, oficina, questionários, parecer social, visita domiciliar e institucional, diário de campo, escuta social, palestra, estudo de caso, reunião e outros.

O serviço social na escola divide um espaço com a equipe técnica, a gestora, e a secretária da escola, sendo o horário do intervalo um momento de integração de todas essas áreas, não existindo até o momento sala privada para o assistente social. Essa realidade da instituição também se propaga pelo contexto atual da cidade e do país, é o que se atesta com os achados de Cunha, Ramalho e Nóbrega (2019) no estudo realizado no município de Campina Grande – PB, no que diz respeito as condições de trabalho precarizadas a que se submetem aos trabalhadores do serviço social na sua atuação, como segue citação,

“[...]não possui sala para a equipe técnica desenvolver suas atividades, armário individual para guardar os documentos necessários, bem como telefone, computador, transporte, etc. Assim, muitos relataram que se sentem prejudicados no que diz respeito ao desenvolvimento de seu trabalho, pois as escolas não oferecem os meios necessários para a realização de seus trabalhos. (p. 160)

Esse fato demonstra que, o que ocorre na realidade se apresenta muito aquém das garantias contidas nos aportes legais da profissão, visto que sem dispor de condições ideais de

trabalho, os assistentes sociais são prejudicados nas disposições éticas e técnicas para o exercício profissional, o que vem a comprometer a qualidade de efetivação desse exercício.

O mesmo raciocínio se atribui a relação do número de profissionais atuando nas unidades escolares. Quando o mesmo estudo demonstrou a existência de apenas um assistente social por unidade, fato este que também impacta na qualificação de atuação profissional, visto da concorrência exarcebada das demandas institucionais que problematizam o trabalho deste agente na sua insuficiência para atender as demandas postas.

3.3. Ações e resultados esperados do projeto de intervenção “O ECA na escola: Uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”

O projeto de intervenção “O ECA na escola: uma contribuição para a construção de sujeitos de direito”, realizado na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves, contou com a iniciativa dos estagiários de serviço social, Eduardo Mariano Chagas Barbosa e Glauce Suassuna Figueirêdo, em estágio obrigatório pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no ano de 2022. O projeto partiu da premissa que a população infantil faz parte do conjunto de sujeitos de direito protegidos pela Constituição Federal e pelo ECA; e levou em consideração que o espaço educacional é um ambiente propício e legítimo para a tomada de iniciativa que contribua com a finalidade desta ação.

O projeto apresentou-se mediante uma proposta de intervenção que se baseia na potencialização da transmissão de conhecimentos acerca dos direitos das crianças embasados nos dispositivos legais vigentes, tendo como público alvo os alunos finais do fundamental I, que compreendem o 3º, 4º e 5º anos da instituição, nos turnos da manhã e tarde. A atividade transcorreu-se com a realização de planejamento, estudo, supervisão, monitoramento e avaliação, nas suas devidas etapas, de acordo com um trabalho dinâmico e interativo na escola, de forma articulada à equipe pedagógica e de gestão.

Por intermédio do referido projeto os alunos puderam tomar ciência dos direitos relacionados a sua proteção defendidos pelo dispositivo do ECA, bem como as suas responsabilidades como cidadãos. A metodologia aplicada na sensibilização deste grupo de atenção foi a realização de oficinas temáticas que exploraram os direitos fundamentais previstos a este público, contemplando material didático-pedagógico (imagens ilustrativas, panfletos, revistas em quadrinhos da turma da Mônica), vídeos, palestra e dinâmica interativa para a concretização dos objetivos delineados no projeto.

A referida atividade possui sintonia com a diligência do Serviço Social neste campo de atuação, tendo por finalidade assegurar a garantia e efetivação do direito ao acesso e permanência dos cidadãos nas unidades de ensino, bem como o reconhecimento deste direito. Contudo, a sua contribuição ultrapassa as barreiras da mera proteção, como vimos anteriormente.

Com base no conjunto de atribuições e competências do profissional de Serviço Social se apresenta como parte integrante da equipe multiprofissional da escola realizando um trabalho coletivo, interdisciplinar, fundamentalmente investigativo e interventivo. O objetivo de sua ação é, portanto, o desenvolvimento e implementação interventiva de feitos que contribuam para a prática pedagógica do ambiente escolar participativo, contextualizado e inclusivo, o que colabora substancialmente com a prática educacional.

Dessa forma, o projeto de intervenção representou o fortalecimento do processo de difusão de conhecimentos inerentes às demandas de direitos sociais com os alunos, socializando saberes pautados no compromisso da garantia do acesso à informação, como direito fundamental de cidadania e equipamento integrante no plano anual de Serviço Social da escola. Em relação a inserção dos estagiários no referido espaço sócio ocupacional de ensino, percebeu-se a intensificação da cadeia de ações que visam a educação e formação dos sujeitos de direitos.

O projeto teve como objetivo geral de desenvolver um processo informativo coletivo sobre os direitos da criança e do adolescente, fundamentado pela legislação do ECA para os usuários da escola. E os objetivos específicos de subsidiar um encontro nas salas de aula ao ano, com a finalidade de pontuar as legislações de proteção aos sujeitos; propiciar oficinas com os alunos para socializar e intensificar novas apreensões sobre os direitos garantidos a eles; e socializar informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente através da entrega de materiais didático-pedagógicos.

A execução do projeto se deu utilizando-se a explanação oral através de oficinas nas salas de aula, com a utilização de dinâmicas e apresentação de vídeo, ocorrendo nos dias 21 e 22 no mês de julho do corrente ano em alusão a data em que o ECA comemorou mais um ano desde sua criação (13 de julho de 1990).

O projeto previu a utilização de recursos humanos, materiais e institucionais os mais diversos na execução do projeto como: a assistente social, os estagiários; data show, caixa de som, notebook, cards de desenhos, cola, fita crepe, revistas em quadrinhos, vídeos, canetas marcadoras, panfletos sobre o ECA, cartolinas com desenhos; e as salas de aula de escola.

Os resultados do projeto se mostraram positivos à medida que proporcionou a interação com o público alvo, o desenvolvimento do comportamento interativo no grupo e a contínua participação dos alunos demonstrou o interesse e a apreensão deste público sobre o tema proposto. Em relação a dinâmica escolhida, percebemos de forma positiva a compreensão dos estudantes pela exposição do que foi absorvido no projeto como um todo.

A construção do projeto de intervenção aconteceu para que se pudesse manter a ação na escola. A sua proposta inclui integraliza-lo ao Plano do Serviço Social da Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves de forma permanente como instrumental colaborativo. Sendo mantido de maneira permanente, na forma de implementação anual, este poderá ser avaliado, monitorado e atualizado pelo Serviço Social e conseqüentemente aprimorado.

Assim sendo, a execução do projeto de intervenção possibilitou, de forma geral, uma contribuição à formação dos sujeitos que receberam a ação, na sua cidadania, através da difusão dos direitos dos cidadãos, privilegiando a comunidade escolar como um todo. Esse é o resultado esperado pela implementação do projeto, que por meio das intervenções que a ação como um todo ofereceu, ainda propiciou a reflexão sobre os direitos alcançados pela evolução das conquistas constitucionais, favorecendo a possibilidade da construção e a propagação de uma educação emancipada capaz de construir uma sociedade mais justa e igualitária, a qual é embasada no projeto ético-político profissional do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou três capítulos, o primeiro retrata sobre a política de educação do Brasil contemporâneo, começando com a demanda social de educação escolarizada reconhecida, em 1934. Neste período, com um cenário retrógrado nacional e uma postura profissional em evolução, o Serviço Social na educação buscava adequar as crianças com deficiência moral e de caráter à instituição, nos quais os indivíduos eram culpabilizados por suas condições. As alterações no âmbito profissional começam a ocorrer nos anos 70, com o congresso da virada que demarcou a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, e a defesa dos interesses da classe trabalhadora, e, com o processo de redemocratização, com a nova constituinte e a rearticulação das forças sociais democráticas.

No segundo capítulo dissertou-se sobre a importância da atuação do assistente social frente à viabilização dos direitos infanto-juvenis, sobre a função pedagógica do assistente social na formação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos. Destacou-se os dispositivos legais de formalização da proteção a estes sujeitos, caracterizados nos documentos oficiais e diretrizes que norteiam as políticas voltadas para a Educação Básica no Brasil. E no último capítulo temos a explanação do relato de experiência sobre o projeto de intervenção, a atuação do Serviço Social na escola e as ações do projeto, detalhando sobre a sua implementação para os alunos puderem tomar ciência dos direitos relacionados a sua proteção defendidos pelo dispositivo do ECA.

A partir do trabalho desenvolvido, considera-se que as transformações educacionais ocorridas ao longo da história da educação brasileira contemporânea estiveram associadas aos interesses, vontades e alterações da política mercadológica e econômica. A influência internacional econômica ocasionou a desnacionalização da educação, o país deixou de seguir originalmente um modelo nacional de educacional para se remodelar ao gosto das determinações dos agentes econômicos estrangeiros, que se aproveitaram da falta de reatividade dos governos instituídos nacionalmente.

De toda maneira, a mundialização caminhava à época, e caminha ainda, para que a educação tivesse objetivos técnicos, profissionalizantes, que favorecia o ímpeto externo e das instituições financeiras na formação de uma nação pronta para oferecer força de trabalho barata às necessidades do capitalismo. O resultado foi a institucionalização de uma educação de instrução limitada, em que o Estado apoiava apenas a educação básica e a sua ausência de

responsabilidade com as demais modalidades de ensino, modelo focado na formação de agentes dependentes de emprego para com o capitalismo.

Durante a institucionalização da demanda da educação no nosso país, no século XX, é possível identificar a repetição das demandas institucionais, como as altas taxas de analfabetismo, evasão e repetência, que acrescidas das péssimas condições sociais dos usuários ampliam essa problemática ainda em vigência atualmente. Levando-se em consideração que não se alteraram a estrutura social e do sistema educacional, mas foram apenas implementados mecanismos e políticas sociais de mitigar tais dificuldades. Portanto, é adverso pensar que esses percalços sejam sanados diante das condições atuais da política de educação.

Em grande parte deste percurso histórico destacado, a ação do Serviço Social esteve direcionado ao ajustamento do indivíduo, da família e da comunidade, quando os assistentes sociais ainda não dialogavam com os fundamentos históricos e teórico-metodológicos pautados na tradição teórico-crítica do marxismo e em valores e princípios éticos que lhe permitissem relacionar as contradições próprias da ordem capitalista, desenvolvendo ainda uma visão prática voltada para a individualização dos problemas dos usuários, com uma atuação pontual, assistencialista e conservadora. Concomitantemente, mediante esse diálogo, amplia-se também a legitimidade e a expressividade profissionais, que acompanharam a ampliação nos espaços sócio-ocupacionais, inclusive a educação.

Tendo-se como base alguns aspectos intrínsecos da atuação profissional, além da competência técnica é indispensável ao assistente social na educação uma atuação crítica e propositiva que estimule o protagonismo dos alunos enquanto sujeitos sociais, sabendo que, o efetivo desenvolvimento desse protagonismo se dá com o apoio das atividades de mediação consciente da informação. Dessa maneira não é possível que a visão sobre o papel deste profissional neste campo de atuação seja limitada pela ação restrita de intervenção nos males sociais, que o distancia a sua participação em um projeto educativo mais amplo.

Compreendemos que com a apropriação do neoliberalismo, foi fortalecido com o domínio pelos detentores do capital, o que se manifesta na forma de ameaça constante às democracias construídas. E nesse sentido, é crucial que os Assistentes Sociais apreendam as mudanças societárias dessa fase do capitalismo e relacionem diretamente com o papel político e a dimensão social que desenvolvem por meio de seu exercício profissional.

A desresponsabilização do Estado, enfaticamente defendido pelo Projeto neoliberal conferiu uma nova modalidade de resposta à questão social e provoca um verdadeiro

desmonte da esfera pública, pois de acordo com os valores neoliberais, as políticas sociais universais e constitutivas do direito propiciam o esvaziamento de fundos públicos.

Neste cenário, é necessário se estimular o protagonismo dos discentes/usuários, isto é, contribuir para construir as bases para humanização do mundo, caracterizado no processo democrático educacional. Esse protagonismo é defendido no projeto ético político profissional do serviço social. A escola é, portanto, um espaço sócio ocupacional apropriado para a ação do assistente social, podendo este contribuir para a efetivação dos objetivos do seu projeto profissional, em especial nas situações dificultam o ensino e a aprendizagem, e nas quais se originam expressões da questão social que escapam da competência profissional do professor. Num quadro como este o assistente social auxilia na construção de um ambiente que permita a identificação dos alunos de maneira que este se torne um lugar onde se deseje estar e aprender.

Logo é preciso entender as demandas institucionais e as requisições profissionais para a profissão relacionadas à institucionalização do direito à educação e as problemáticas que dificultam o acesso e a permanência dos alunos na escola. Sabendo que o principal núcleo de atenção do assistente social na área é o trabalho junto a família, e que a participação da família na vida escolar é fundamental para o desempenho de qualidade do aluno neste espaço, é compreensível que essa interação entre escola, comunidade, instituições e família seja importante na construção do vínculo que se estabelece com a realidade e na efetividade da apropriação de saberes.

Fazendo-se uma conexão das experiências de estágio e o auxílio teórico metodológico utilizado, percebe-se que o exercício profissional do assistente social no campo educacional é desafiante, principalmente, na busca por transpor os limites de sua consciência histórica que objetiva a transformação social e a revisão constante dos significados sociais da profissão. Dito isso, espera-se que o perfil profissional não se distancie do compromisso ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico, pois esses configuram as dimensões capazes de compreender a realidade social, nas suas contradições, e predispõe o enfrentamento das tantas expressões da questão social.

A implementação do projeto de intervenção nos deixou claro que é na atuação profissional embasada na orientação que se fundamenta a ação profissional, além de destaca-se a necessidade do planejamento e da sistematização das suas ações para o alcance de uma apuração positiva de suas iniciativas. Foi esse procedimento metodológico que permitiu se alcançar a participação de 90% das turmas selecionadas para a atividade nas discussões sobre

os direitos defendidos pelo ECA e fazer a devida orientação sobre os direitos da criança de forma satisfatória.

Através das atividades desenvolvidas no estágio, fica evidente também que, é no cotidiano escolar que manifesta a importância do trabalho interdisciplinar do assistente social na resolução de problemas comuns a esses espaços, como: a fome, a dificuldade de aprendizagem, indisciplina, abandono, agressões físicas e violência verbal ou psicológica, entre outras violências que devem ser encontradas no âmbito escolar. As contribuições a estas problemáticas só ocorre com base na observação atenta e atitude mediadora articulada dos agentes escolares e o enfrentamento das desigualdades sociais na escola. Só assim, é possível realizar os encaminhamentos necessários às diferentes situações as quais o assistente social possa intervir de forma crítica e assertiva.

Podemos concluir, por último, que a educação no Brasil se apresenta de forma socialmente seletiva, pois ao observar o momento em que a classe trabalhadora chega a ocupar a escola as demandas sociais, como a pobreza, a falta de alimentação, de renda se apresentam de maneira a prejudicar diretamente a sua efetividade enquanto direito constitucional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra. **O trabalho dos assistentes sociais na educação profissional e tecnológica: ações desenvolvidas no cotidiano institucional.** v. 16, n. 1. (2018). Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Publicado em: 21/05/2019. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS).

ABREU, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 79, set. 2004. p. 44.

_____. Perfis pedagógicos da organização da cultura e a institucionalização do Serviço Social – demarcações do princípio educativo da prática do Assistente Social. In: _____. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002a.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação.** Revista Inscrita, n. 6, CFESS, p.19-24, 2000.

_____. Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais. In: **Subsídios para o debate sobre serviço social na educação.** Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Regional de Serviço Social; Conselho Regional, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 10/10/2022.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

ANDRADE, Daniel Pereira. **O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais.** Revista Sociedade e Estado – v. 34, n. 1. Jan/Abr 2019, p. 211-239.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa; ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **A política de atendimento à infância no Brasil e a atuação dos assistentes sociais nas creches.** Educação em Revista, Marília, v. 9, n. 2. Jul/dez. 2008.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARIAS, Eidinê Corsi; SILVA, Helena Almeida S. **Serviço Social Escolar – uma experiência junto ao ensino público.** Cadernos de Serviço Social, Campinas, n. 12, [s.p.], 1998.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares.** Campinas: Papirus, 1994.

BICCAS, Maurilane de Souza; FREITAS, Marcos Cezar. **História social da educação no Brasil (1926-1996).** São Paulo: Cortez, 2009.

BORSSOI, B. L.; INEZ, E. A universidade pública e a emenda constitucional 95/2016: qual será o futuro da pesquisa In: **Política e Gestão da Educação Superior: anais da ANPAE.** Brasília: 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **LDBN. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 13/10/2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=constitui%C3%A7%C3%A3o+federal>. Acesso em: 13/10/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Comum Nacional Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.Pdf. Acesso em: 14/10/2022.

BRASIL. Ministério Público Paraná. Criança e Adolescente. Cartilha **A turma da mônica em: O estatuto da criança e do adolescente**. Revista criada e produzida nos Estúdios Maurício de Sousa - Departamento de Projetos Especiais. ed. Maurício de Sousa. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/turma_da_monica/monica_estatuto.pdf. Acesso em: 02/07/22.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº. 12.858, de 09 de setembro de 2013**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112858.htm. Acesso em: 03/10/2022.

_____. Presidência da República. **Lei Nº. 12.513 de 26 de outubro de 2011**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 03/10/2022.

_____. Presidência da República. **Lei Nº. 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 04/10/2022.

_____. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Nº. 8.069 de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 14/10/2022.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13935.htm . Acesso em: 10/10/2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 3.688/2000. Portal da Câmara dos Deputados**. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1115163&filenam. Acesso em: 10/10/2022.

BULLA, Leonia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro**. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 2, dezembro de 2003. CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora e EDUFMA, 1995.

CARLI, Ranieri. **Fenomenologia e questão social:** Limites de uma filosofia. 1 ed. v. 1. Campinas, SP. Editora Papel Social, 2013.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Acordo que formou a Organização das Nações Unidas, logo após a Segunda Guerra Mundial.** Traduzida pela UNICEF. 1945. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nações-unidas>. Acesso em: 13/10/2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social na Educação.** Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%282001%29.pdf. Acesso em: 11/10/2022.

_____. **Subsídios para o Serviço Social na Educação.** Brasília: DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 11/10/2022.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1 a 6/94.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

COSTA, B. **Educação básica:** avanços e retrocessos. 2017. Disponível em: https://ptnosenado.org.br/wp/wp-content/uploads/2017/10/educação_basica_artigo_argumento.pdf. Acesso em: 06/10/2022.

CUNHA, Kivania Karla Silva Albuquerque; RAMALHO Maria Noalda; NÓBREGA, Mônica Barros. **O exercício profissional do/a assistente social no sistema municipal de ensino de Campina Grande – PB.** In: Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação. Adriana Freire Pereira Ferriz, Mayra de Queiroz Barbosa, organizadoras. Salvador: EDUFBA, 2019 (p. 149-166).

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. **Adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948.** Traduzida por Unicef. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaração-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 13/10/2022.

DICIO. **Significado da palavra cidadania.** Dicionário Aurélio Buarque de Holanda. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cidadania/>. Acesso em: 03/11/22.

ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO CÂNDIDO ALVES. **Plano de Ação do Assistente Social-Ano 2022.** Campina Grande, 2022.

FELINTO, Jislayne Fidelis. **Ensino superior privado:** a permanência dos estudantes que ingressaram por políticas de financiamento estudantil – FIES e Programa Universidade para Todos – PROUNI. Centro de Educação (CE): Programa de Pós-Graduação em Educação. UFPB, 2019. Disponível em: <https://repositório.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18746>. Acesso em: 05/10/2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado.** São Paulo: Unicamp, 2003.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social.** São Paulo: Veras, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todosetc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 12/09/2022.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, Claudivan Santos. **A educação no Brasil após a redemocratização (1985-2002).** Revista Fundamentos, V. 2, n. 1, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí.

HARLEY, D. **O neoliberalismo.** História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HORIGUTI, Ângela Curcio. **Do mobral ao PROEJA: conhecendo e compreendendo as propostas pedagógicas,** 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2009. Disponível em: http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201051103752984angela_curcio_horiguti%E2%80%A6pdf. Acesso em: 05/10/2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999a.

_____. O trabalho do Assistente Social frente as mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 1. **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social.** Brasília: CEAD, 1999.

_____. O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais. In: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 21 Ed. P. 71-104. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica – 41ª ed –** São Paulo: Cortez; CELATS, 2015.

LIBÓRIO, B.; RIBEIRO, A. P.; CISCATI, R. **Bolsonaro questiona investimento em educação, mas gasto por aluno ainda é baixo.** 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/bolsonaro-questiona-investimento-em-educacao-mas-gasto-por-aluno-ainda-baixo-23498629>. Acesso em: 06/10/22.

MACHADO, Aline Maria Batista; SILVA, Andresa Melo da; TOLENTINO, Graziela Mônica Pereira. **Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010).** São Paulo, n. 134, p 70-87, Jan/abr. 2019.

MARPEAU, Jacques. O acesso à relação social. In:_____. **O processo educativo: a construção da pessoa como sujeito responsável por seus atos.** Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 162.

MERCADANTE, Aloizio; ZERO, Marcelo (orgs.). **Governos do PT: Um legado para o futuro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETO, Odorico Ferreira Cardoso; NEZ, Egeslaine de. **Governos Lula, Dilma e Bolsonaro: as políticas públicas educacionais seus avanços, reveses e perspectivas.** Revista Interação, Curitiba, Jul./set. 2021, v. 21, n. 3, p. 121-144.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000.** 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política. In: OLIVEIRA, F. & PAOLI, M^a Célia (Orgs.) **Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global.** 2^a ed. Petrópolis; RJ: Vozes, Brasília: NEDIC, 1999.

PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço Social: infância e juventude desvalidas.** São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro, 1985.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil.** Viçosa: Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, 2007. Disponível em: www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc. Acesso em:29/09/2022.

Panfleto sobre o ECA. **Direitos e deveres das crianças.** Disponível em: <https://atividade.digital/jogos/lingua-portuguesa-historia/brincadeiras-direitos-deveres/direitos-deveres-criancas?level=2>. Acesso em: 19/07/2022.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar.** 14 Ed. São Paulo: Autores Associados, 1995.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão.** Paidéia: Ribeirão Preto. (4), julho de 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1993000100003>. Acesso em: 30/09/2022.

SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão.** 7 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira.** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed Campus LTDA, 1979.

SILVA, Patrícia Soares Alves da; SILVA, Fábio Luiz da. **A escola como lugar do assistente social:** O assistente social pode ter papel relevante no cotidiano de uma escola, sem pretender exercer funções que cabem aos professores. Revista Educação Pública. Publicado em: 31 de julho de 2018. Disponível em: <http://educacaopublica.cecierj.edu.br>. Acesso em: 10/09/22.

SOUZA, Íris de Lima. **Serviço Social na educação:** saberes e competências necessárias no fazer profissional. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal, 2008.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. **Tendências Ideológicas do Conservadorismo.** Recife: Ed. UFPE, 2020.

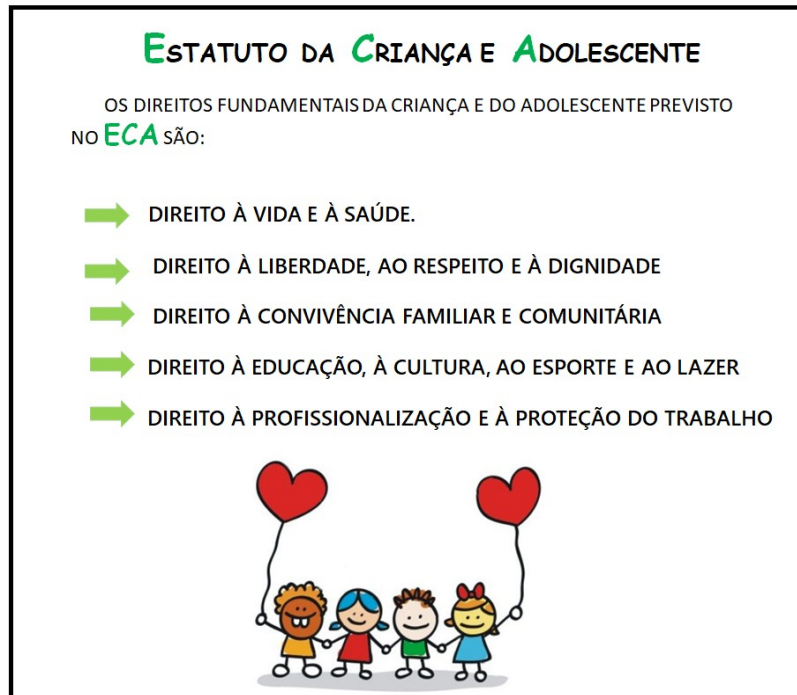
TREVISOL, Joviles Vitório; MAZZIONI, Lizeu. **A universalização da Educação Básica no Brasil:** um longo caminho. Roteiro, vol. 43, ESP., pp. 13-46, 2018. Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3519/351964739002/html/>.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa Qualitativa em Educação – **O positivismo, A fenomenologia, O Marxismo.** 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas. 2009.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudenora Fonseca Gonçalves. **O movimento de reconceituação do serviço social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade.** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC. 27 a 29 de out. 2015.

**ANEXO A –
IMAGENS E FOTOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

IMAGEM 1: Panfleto entregue aos alunos da Escola Municipal Cândido Alves sobre o ECA.



Fonte: Folder direitos e deveres das crianças/ atividade digital sobre o ECA/2022

IMAGEM 2: Capa da Cartilha da Turma da Mônica entregue aos alunos no projeto de intervenção “O ECA na escola”



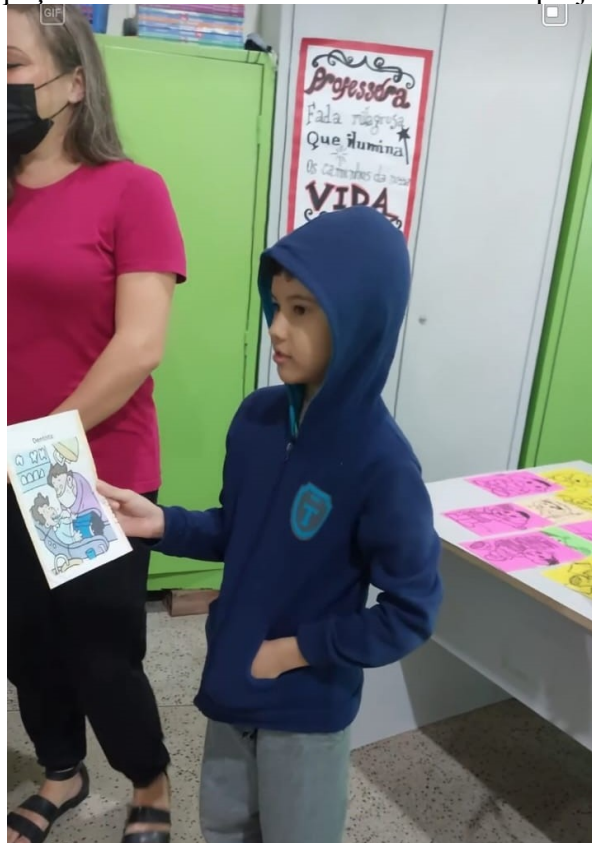
Fonte: BRASIL. Ministério Público Paraná. Criança e Adolescente. Cartilha A turma da mônica em: O estatuto da criança e do adolescente. Produção Maurício de Souza

FOTO 1: Card's da dinâmica interativa realizada com os alunos no projeto de intervenção



Fonte: Arquivo do Projeto de Intervenção “O ECA na escola”, 2022.

FOTO 2: Participação de aluno na dinâmica interativa do projeto de intervenção



Fonte: Arquivo do Projeto de Intervenção “O ECA na escola”, 2022.

FOTO 3: Participação da turma, da pedagoga e do Serviço Social no projeto de intervenção “O ECA na escola”



Fonte: Arquivo do Projeto de Intervenção “O ECA na escola”, 2022.

FOTO 4: Oficina informativa realizada pelos estagiários do serviço social durante a realização do projeto de intervenção



Fonte: Arquivo do Projeto de Intervenção “O ECA na escola”, 2022.

FOTO 5: Orientações para os alunos sobre o ECA



Fonte: Arquivo do Projeto de Intervenção “O ECA na escola”, 2022.

FOTO 6: Amostra de vídeo da turma da Mônica sobre o ECA para os alunos



Fonte: Arquivo do Projeto de Intervenção “O ECA na escola”, 2022.